



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Lucas Elpídio Ramos da Silva

**A Política de Assistência Estudantil como Mecanismo de Permanência dos
Jovens nos Cursos de Graduação**

Brasília

2017

Lucas Elpídio Ramos da Silva

**A Política de Assistência Estudantil como Mecanismo de Permanência dos
Jovens nos Cursos de Graduação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social como
requisito para obtenção de título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Kênia Augusta
Figueiredo.

Brasília

2017

Ep

Elpídio Ramos da Silva, Lucas

A Política de Assistência Estudantil como Mecanismo de Permanência dos Jovens nos Cursos de Graduação / Lucas

Elpídio Ramos da Silva; orientador Kênia Augusta Figueiredo

. -- Brasília, 2017. 98 p.

Monografia (Graduação - Serviço Social) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Assistência Estudantil. 2. Ensino Superior. 3.

Política Social. I. Augusta Figueiredo, Kênia, orient. II. Título.

Lucas Elpídio Ramos da Silva

**A Política de Assistência Estudantil como Mecanismo de Permanência dos
Jovens nos Cursos de Graduação**

Trabalho apresentado à Universidade de Brasília para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 21 de agosto de 2017

Profª Drª Kênia Augusta Figueiredo - Orientadora
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Profª Drª Carolina Cássia Santos
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Profª Drª Silvia Cristina Yannoulas
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Dedico este trabalho de pesquisa a minha família e em especial as minhas irmãs Lorena e Leila, pela disponibilidade em me guiar na vida e por acreditarem em mim.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

A minha mãe Augusta, pelo seu inestimável amor e dedicação. Ao meu pai Abel Teles, que continua vivo em meu coração. A minhas irmãs Lorena e Leila, por acreditar na minha capacidade de vencer esta batalha. Também a minha irmã Lara, a meu irmão Leandro, ao Moura, ao Willis, ao Hamilton e ao Kaq, que foram fundamentais para a minha formação como pessoa, e a toda minha família. A Rayana Andrade, por seu carinho e companheirismo.

Agradeço a meu Psicólogo Doutor Arnaldo Cerqueira, por seu precioso apoio.

Agradeço, em especial, a minha orientadora Professora Doutora Kênia Augusta Figueiredo, que com sua cuidadosa orientação, me conduziu nessa caminhada, me fazendo descobrir potencialidades desconhecidas.

Resumo

Este trabalho buscou apresentar e analisar as políticas de assistência estudantil no Brasil, procurando compreender as questões históricas e sociais envolvidas. Nesse sentido foi realizado um levantamento acerca da criação e desenvolvimento das instituições de ensino superior. Foi realizada pesquisa bibliográfica e teórica, observados dispositivos jurídicos e dados estatísticos para o entendimento da política estudantil e da expansão do ensino superior. Foram observadas a necessidade e a importância da existência e aperfeiçoamento dos mecanismos de acesso e permanência do estudante no ensino superior como política social. Procurou-se adotar o materialismo histórico e dialético como método para entender as correlações entre as estruturas sociais, as configurações políticas e as instituições educacionais. O primeiro dos dois capítulos trata do histórico da implantação do ensino superior no Brasil. O segundo aborda a questão da assistência estudantil no ensino superior, por meio da descrição e análise de suas diretrizes em cada etapa histórica, desde sua criação até os dias de hoje.

Palavras-chave: Assistência estudantil, ensino superior, política social.

Abstract

This work seek to present and analyse the policies of student assistance in Brazil, looking for understanding the involved historical and social questions. That way, was realized a survey about the creation and development of higher education institutions. A bibliographic and theoretical research was conducted, observed legal systems and statistical data for the understanding of student policy and expansion of higher education. The need and the importance of existence and refinement of access and continuance mechanisms as social policy were observed. It has also sought to embrace the historic and dialectical materialism as a method to understand the correlations between the social structures, the political configurations and the educational institutions. The first of the two chapters focus on the history of deployment of higher education in Brazil. The second approach the question of student assistance in higher education, through the description and analysis of their guidelines in each historical step, since its creation until the present time.

Key-words: Student assistance, higher education, social policies.

Lista de quadros

Quadro 1 – Primeiras instituições de ensino superior criadas na América	23
Quadro 2 – Faculdades criadas com a chegada da Família Real	28
Quadro 3 – Faculdades criadas após o fim do período colonial e início da Independência do Brasil em 1822	29
Quadro 4 – Faculdades criadas após a Proclamação da República em 1889	29
Quadro 5 – Institutos e órgãos criados posteriormente	31
Quadro 6 – Institutos Históricos e Geográficos	31
Quadro 7 – Quantidade de instituições superiores criadas entre 1907 e 1912	34
Quadro 8 – Quantidade de matrículas realizada no ensino superior entre 1907 e 1912	35
Quadro 9 – Faculdades criadas após a reforma de 1891 até 1910	36
Quadro 10 – Quantidade de instituições no Brasil entre 1900 á 1968	38
Quadro 11 – Matrículas em cursos de graduação, por natureza administrativa, no Brasil (1960-1990)	42
Quadro 12 – Percentagem de estudantes na faixa etária dos matriculados na educação secundária e superior, diversos países, 1987.....	43
Quadro 13 – Distribuição das matrículas na Educação Superior entre Instituições Públicas e Privadas (1999-2000)	54
Quadro 14 – Matrículas em cursos presenciais de graduação no Brasil, por natureza administrativa e taxas de crescimento no período entre 1995-2002	55
Quadro 15 – Contrapartida da União, na forma de renúncia fiscal de acordo com o MEC	62
Quadro 16 – Número de Bolsas ocupadas pelo ProUni (2005-2010)	62
Quadro 17 – Distribuição percentual dos estudantes das Universidades Federais por classes econômicas e raça/etnia	65
Quadro 18 – Tipo de escola em que cursou o ensino médio	65
Quadro 19 – Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010	66
Quadro 20 – Recursos para a assistência estudantil e a ampliação das vagas	71
Quadro 21 – Participação dos estudantes nos programas de Bolsa Permanência	72
Quadro 22 – Participação dos estudantes nos programas de Bolsa Permanência	72
Quadro 23 – Participação dos estudantes nos programas de Transporte	72

Quadro 24 – Motivos para trancamento de matrícula	73
Quadro 25 – Execução orçamentária do MEC, por programa temático do PPA (2012-2013) (Em R\$ de 2013 atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA)	76
Quadro 26 – Execução financeira dos programas e ações do MEC – Brasil (2013 e 2014) (Em R\$ constantes)	77
Quadro 27– Valor total dos recursos do Programa Bolsa Permanência de 2013 á 2014	79
Quadro 28 – Bolsas ofertadas pelo Programa Bolsa Permanência	80

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução numérica das IES no Brasil, por organização acadêmica (2003 e 2010)	61
Gráfico 2 – Evolução da oferta dos cursos presenciais de graduação no Brasil (2003 a 2010)	61
Gráfico 3 – Participação de brancos e pretos/pardos no total de pessoas que frequentavam cursos de graduação nas redes públicas e privadas – Brasil (2005 e 2012) (em %)	64
Gráfico 4 – Taxas de escolarização bruta e líquida na educação superior brasileira (2001 a 2009)	66
Gráfico 5 – Orçamento das Universidades Federais referente ao Pnaes	77
Gráfico 6 – Evolução da oferta de bolsas Prouni	78
Gráfico 7 – Número de contratos FIES por ano	78
Gráfico 8 – Auxílios concedidos pelo Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)	81

Lista de abreviaturas e siglas

ANDES	Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino superior
ANP	Agência Nacional do Petróleo
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASESO	Centro Acadêmico de Serviço Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CREDUC	Programa de Crédito Educativo
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
CSF	Ciências Sem Fronteiras
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENCE	Encontro Nacional de Casa de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRR	Instituto Federal de Roraima
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação

ONU	Organização das Nações Unidas
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEC-G	Programa de Estudantes em Convênio de Graduação
PETROBRAS S. A.	Petróleo Brasileiro (Sociedade Anônima)
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPS	Serviço de Programas de Desenvolvimento Social
SM	Salário Mínimo
STF	Superior Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

TCU	Tribunal de Contas da União
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDF	Universidade do Distrito Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UF	Unidade Federativa
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	19
Capítulo I: A instituição da educação superior no Brasil	22
1.1 O processo histórico: da colonização ao Império	22
1.2 As primeiras Instituições oficiais de ensino superior no Brasil	28
1.3 Idealização e criação das primeiras universidades brasileiras	32
1.4 O ensino superior no Brasil: 1930 a 1961	36
1.5 A situação do ensino superior durante a ditadura militar no Brasil	39
Capítulo II: Inserção e permanência no ensino superior: a luta que não cessa	45
2.1 A instituição das políticas de assistência estudantil no Brasil	45
2.2 A Constituição Federal de 1988 – marco histórico da cidadania	48
2.3 Era FHC e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)	48
2.4 Era Lula	57
2.4.1 A política de assistência estudantil no governo Lula	67
2.5 Governo Dilma	74
2.6 O desmonte da educação no governo Temer: um projeto neoliberal	82
Considerações finais	85
Referências	90

Introdução

Durante minha trajetória acadêmica na Universidade de Brasília obtive várias experiências como militante de alguns movimentos estudantis. Participei de várias discussões e debates através das plenárias organizadas por esses movimentos, onde diversos temas sobre a política e o direito estudantil eram levados para discussão. Minha primeira participação foi como membro da gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASESO) da UnB entre 2010 e 2011. Posteriormente, participei, em sucessivos anos, do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), ocorrido em Franca – SP, João Pessoa – PB, Rio de Janeiro – RJ e Brasília – DF. Participei, ainda, do Encontro Nacional de Casa de Estudantes (ENCE) ocorrido na cidade de Pelotas – RS, neste, a luta e as discussões pela melhoria das políticas de assistência estudantil foram mais amplas. Em relação à graduação em Serviço Social, realizei o estágio I e II obrigatórios para o curso. O estágio I foi realizado no Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS) vinculado à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), ambos subordinados ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB. O estágio II, por sua vez, foi realizado no DAC, sendo que nesse fui um dos colaboradores para a inovação da página da assistência estudantil da UnB. Sou estudante participante dos programas de assistência estudantil da UnB. Logo possuo auxílio alimentação, moradia estudantil e auxílio socioeconômico. Sou cadastrado no Programa para Portadores de Necessidades Especiais (PPNE) da UnB devido ao diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Dessa forma, tenho atendimento especial dentro da universidade. Portanto, a militância dentro dos movimentos de estudantes, bem como a experiência de estágio dentro da área de assistência estudantil e a participação nos programas referidos me fizeram ter um conhecimento maior sobre o tema que abordei neste trabalho. Desse modo, meu objetivo era transformar a experiência prática em um trabalho escrito.

Para conhecer, discutir e analisar as políticas de acesso e permanência no curso superior, no Brasil, fazem-se necessários o estudo e a reflexão acerca de como as instituições de ensino foram criadas e fomentadas. Além disso, verificar e buscar compreender as manifestações da questão social historicamente envolvidas.

Este trabalho propõe, assim, pensar a assistência estudantil e os elementos estruturais dessa política, em conjugação com a evolução político-social do país.

A política de assistência estudantil é um direito social importante para a democratização do acesso ao ensino superior. Ou seja, é um dispositivo de promoção social que visa diminuir as desigualdades socioeconômicas através da ampliação das condições de permanência de estudantes de baixa renda nos cursos de graduação, em especial das instituições federais de ensino superior.

No Brasil, de sua época colonial até a Primeira República, a educação era um privilégio das elites. A escassa educação oferecida aos mais pobres era voltada ao preparo para o trabalho subalterno. A educação pública, de modo geral, era precária e não existiam políticas de permanência para os estudantes das classes trabalhadoras e das minorias. Mesmo quando a primeira política de assistência estudantil foi instituída durante o governo de Getúlio Vargas, essa era tratada como caridade e não como um direito.

Os estudos e pesquisas sobre a assistência estudantil são de grande importância para aprofundar o entendimento, o debate e a valorização desse tipo de política. Ainda mais, busca atender um direito social importante, com resultados diretos na democratização do ensino superior. Em seu conjunto, podem servir como base de luta dos movimentos e entidades ligados à educação e à assistência estudantil.

O presente trabalho se tornou viável por meio de pesquisa bibliográfica e documental, buscando fundamentar-se no materialismo histórico dialético para as suas análises. O pensamento dialético foi considerado como método adequado para perceber as contradições existentes na realidade em estudo.

Foi realizado um levantamento da história da criação e desenvolvimento do curso superior no Brasil. Foram também apresentados dispositivos jurídicos, leis e decretos que normatizam a assistência estudantil, assim como dados estatísticos e orçamentários para a compreensão e análise dessa política e da expansão do ensino superior.

Observaram-se, igualmente, as relações sociais mediadas pelo capitalismo e pelas políticas neoliberais para a educação, buscando-se articular uma visão crítica abrangente.

Este trabalho é composto por dois capítulos. O primeiro trata do histórico da instituição do ensino superior no Brasil. O segundo capítulo aborda a questão da inserção e permanência no ensino superior, cujo marco é a Constituição Federal de 1988.

Esse último capítulo consiste, mais especificamente, na descrição e análise da assistência estudantil, desde sua criação até os dias de hoje, bem como na apresentação dessa política e suas diretrizes em cada etapa histórica.

Capítulo I

A instituição da educação superior no Brasil

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

Paulo Freire

1.1 O processo histórico: da colonização ao Império

O descaso com a educação, no Brasil, faz parte de um processo histórico que se origina de políticas caracterizadas sempre pela exclusão. Nesse caso, o ensino brasileiro (público e\ou popularizado) chegou com certo atraso em relação ao resto dos países das Américas. Para se ter uma ideia, a primeira instituição de ensino superior criada, no Brasil¹, foi a Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, em 1792. E, a mesma, com o ensino destinado apenas para a formação militar. Nesse contexto, o ensino superior, de fato, foi instaurado em 1808 e a primeira universidade foi fundada somente em 1910. Constatamos, assim, que a Coroa Portuguesa não via a necessidade de criar instituições de ensino superior no Brasil, ao contrário da França, Espanha e Inglaterra, investiram desde cedo na educação de suas colônias.

¹ Optamos por denominar “Brasil” todo o período compreendido entre a invasão portuguesa até os dias atuais (nome mantido pela Constituição de 1988). Ressaltamos, no entanto, que essa denominação é recente, já que o Estado brasileiro independente surge somente a partir de 1822, sendo o território anterior parte do reino de Portugal.

Quadro 1 – Primeiras instituições de ensino superior criadas na América

Universidade Autónoma de Santo Domingo – República Dominicana	1.538
Universidade Nacional Autónoma do México	1.551
Colegio Universitario de Santo Tomas* – Colômbia	1.562
Universidade Nacional de Córdoba – Argentina	1.613
Universidade Maior Real e Pontifícia San Francisco Xavier de Chuquisaca – Bolívia	1.624
Universidade de Harvard – Estados Unidos	1.636
Universidade de Rosário - Argentina	1.653
Universidade de San Carlos da Guatemala	1.676
Universidad Central de Venezuela	1.721
Universidade de Havana – Cuba	1.728
Universidade de New Brunswick – Canadá	1.785
Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho* – Brasil	1.792
Universidade de Nicarágua	1.812
Universidade do Haiti	1.820
Universidade Central do Equador	1.826
Universidad Mayor de San Simon – Bolívia	1.832
Universidade de El Salvador	1.841
Universidade do Chile	1.842
Universidad de Costa Rica	1.843
Universidad Nacional de Honduras	1.847
Universidad de la República – Uruguai	1.849
Universidad Nacional de Asunción – Paraguai	1.890

* Não são universidades

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 3-4.

Conforme o quadro acima, logo após a chegada dos espanhóis e portugueses na América, foram criadas três universidades no século XVI, sendo a Universidade Autónoma de Santo Domingo na República Dominicana a primeira a ser instituída no continente, posteriormente criaram-se cinco no século XVII e quatro no século XVIII.

No caso do Brasil, por um extenso período colonial, quem se encarregava do ensino eram os missionários jesuítas das Companhias de Jesus pertencentes à Igreja Católica, que por sua vez, não possuía vínculo direto com o rei de Portugal e muito menos como poder público local. No entanto, contribuía de alguma forma com a política colonial de exploração do trabalho, bens e da cultura dos indígenas (devido ao conhecimento dos idiomas indígenas, seus costumes, subordinação por meio da religião de parte deles à Coroa e outros aspectos). O objetivo dos religiosos, porém, era civilizar os povos tradicionais (indígenas) por meio da catequização (cristianização). Essa ação perdurou aproximadamente por 300 anos, até o momento que os jesuítas foram expulsos do Brasil pela Coroa Portuguesa em 1792.

A respeito disso, Humerez e Jankevicius (2015, p. 3-4) lembram que, além do trabalho de catequização, os religiosos desenvolveram outros ofícios relacionados à área de saúde e da educação durante a permanência no país. A valorização da língua Tupi Guarani, o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas são algumas das iniciativas importantes dos jesuítas no Brasil.

Dessa forma, de acordo com os autores:

“[...] nestas atividades, os Jesuítas criaram vários colégios e Seminários, com atividades teatrais desenvolvidas em língua Tupi e implantaram também hospitais, as Santas Casas de Misericórdia, apesar de que a Medicina na época colonial era extremamente precária, com a cauterização de ferimentos, uso de chás, ervas medicinais, benzeduras e eram mais um consolo moral que tratamento efetivo de doentes. A Santa Casa do Rio de Janeiro foi fundada em 1582, pelo Jesuíta espanhol José de Anchieta, mostrando que o ensino superior da época era eclético, pois Anchieta era teólogo, poeta, filósofo, com conhecimentos de medicina, agronomia, línguas, etc. Dados históricos indicam que a população do Brasil era totalmente desprovida de ensino superior local. Quem possuía Educação Superior ou era estrangeiro ou era membro de famílias brasileiras abastadas, enviado para uma educação em outros países, principalmente Portugal. A Universidade de Coimbra, considerada a “primeira universidade” do Brasil, pois era nela que se graduavam, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, formou mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil”

O governo não tinha o intuito de instaurar escolas no país, visto que, se a população fosse educada, isso a tornaria mais consciente de sua situação social. Dessa maneira, a instrução seria transformada em um fator em favor da independência.

Cabe ressaltar que o ensino tardio e descaso do governo com a educação foram um dos fatores que contribuíram para que o Brasil fosse um país “subdesenvolvido” em comparação aos outras nações das Américas. Assim, a autora Del Priore (1999, p. 2) afirma que o interesse do sistema colonial, no Brasil, não era o desenvolvimento humano, cultural e econômico da região colonizada e, sim, o de explorar os bens naturais lucrativos para a Europa. Nesse sentido, por séculos vivemos em um país, basicamente, rural, religioso (especialmente católico) e “extremamente subdesenvolvido”.

Ou seja:

“[...] Comparando aos países das Américas, onde o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre, apoiado inicialmente no antigo sistema Colonial e posteriormente numa tardia industrialização,

deixou sobrar pouco espaço para tais questões. Sem a presença de um sistema econômico que exigisse a adequação física e mental dos indivíduos a uma nova forma de trabalho, os instrumentos que permitiram tal adaptação não foram implementados com a mesma eficácia” (p. 2).

Por conseguinte, pode-se explicar que a educação, desde a chegada dos Portugueses até a primeira República, se desenvolveu muito lentamente em comparação ao resto dos países ocidentais. Isso pode ser explicado por vários motivos: 1) o governo não se interessava em investir em criação de escolas de ensino básico nem superior no país, mesmo quando isso foi feito, as condições eram precárias e o ensino não era voltado para a valorização da cultura indígena e da identidade brasileira; 2) os filhos dos mais pobres eram educados somente para o trabalho nas lavouras, ao contrário dos filhos das famílias mais abastadas, pois esses podiam pagar professores particulares e viviam somente para o estudo; e 3) os senhores proibiam que seus escravos tivessem acesso ao ensino e, mesmo com a abolição do trabalho escravo, em 1888, o Estado não elaborou nenhuma política de oportunidade para os ex-escravos, logo alguns continuaram trabalhando para seus senhores e outros ficaram jogados à própria sorte. Com isso, segundo Del Priore (1999, p. 3), o Marquês de Pombal foi o pioneiro da escola pública no Brasil que desde seus primórdios foi direcionada aos pobres, para uma melhor formação para o trabalho. Enquanto os filhos da elite, na época, eram educados por professores particulares e quando adultos, se mudavam para a Europa para cursar o ensino superior.

Ou seja, para a autora:

“[...] Desde o início da colonização, as escolas jesuítas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e ainda assim de forma precária, durante o governo de Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. No século XIX, a alternativa para os filhos dos mais pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares” (p. 3).

Dessa forma, desde o início da história do Brasil, a educação em nenhum momento foi tratada de fato como um direito, pois as decisões do Estado monárquico sempre foram controladas por uma elite dominante, que na época eram

os proprietários de terras e a burguesia regional. O propósito era garantir o poder político e o controle da sociedade em prol de seus interesses. Assim, os empobrecidos e/os negros não poderiam ter acesso à educação, visto que, na época, isso poderia acarretar em uma indignação levando a uma revolta popular.

Mais tarde, o rei de Portugal, percebendo que a população estava sendo educada pelos jesuítas, proibiu o ensino ministrado pelos religiosos no país, subsequentemente a Coroa Portuguesa assumiu a responsabilidade do ensino escolar básico, no entanto ele era oferecido de forma precária. Nessa lógica, Carvalho (2011), retrata o descaso com a educação primária, que desde sempre, era de responsabilidade dos jesuítas. E à partir de 1759, pela primeira vez o governo passa a desenvolver atividades nesse sentido, de forma precária e insuficiente, pois nem os senhores de escravos e nem o governo tinham a intenção ou a preocupação com o desenvolvimento cultural e intelectual dos escravos, mulheres e demais integrantes da população pobre. Ainda, de acordo como o autor, em 1872 apenas 16% da população era alfabetizada.

Logo, Carvalho aponta que:

“Outro aspecto da administração colonial portuguesa que dificultava o desenvolvimento de uma consciência de direitos era o descaso pela educação primária. De início, ela estava nas mãos dos jesuítas. Após a expulsão desses religiosos em 1759, o governo dela se encarregou, mas de maneira completamente inadequada. Não há dados sobre a alfabetização ao final do período colonial. Mas se verificarmos que em 1872, em meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada, poderemos ter uma idéia da situação àquela época. É claro que não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes, não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica. Não havia também motivação religiosa para se educar. A Igreja Católica não incentivava a leitura Bíblica. Na Colônia, só se via mulher aprendendo a ler nas imagens de Sant’ Ana Mestra ensinando Nossa Senhora” (CARVALHO, 2011, p. 22-23).

Já em relação ao ensino superior, só poderia estudar quem tinha condições de ir à Europa. Mesmo assim, quando as universidades foram criadas, em meados do início do século XX, poucos tinham oportunidade de acesso a essas instituições.

Dessa maneira, percebe-se que os pobres e/os negros, no Brasil, não tinham acesso à educação no próprio país, muito menos condições de ir a Europa para poder estudar.

Essa modalidade de ensino, no período colonial, era também fornecida pelas escolas ligadas a Igreja Católica, porém contra a vontade de Portugal, pois a educação para as colônias nunca foi prioridade, pelo contrário, seria um risco para a hegemonia colonial:

“[...] existiam apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia, oferecidos pelos jesuítas, uma vez que Portugal impedia o desenvolvimento do ensino desse nível em suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência” (SOUZA, 2004, p.16).

Carvalho (2011, p. 23), afirma ainda que as condições do ensino superior também não eram muito boas, pois essa modalidade de ensino nem mesmo existia no país, uma vez que Portugal proibia o estabelecimento de universidades. Para o autor, essa determinação que coibia o desenvolvimento da educação superior nas colônias contribuiu para que o Brasil se tornasse um país de ignorantes e atrasados frente às colônias espanholas e inglesas.

Assim:

“[...] Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola da América, três delas no México. Cerca de 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte Portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo a Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparando com os 150 mil da colônia espanhola, o número é ridículo” (CARVALHO, 2011, p.23).

Mais adiante, por volta do final do século XIX, o interesse em criar instituições superiores, por parte do governo imperial, só foram colocadas em discussão por meio da pressão dos profissionais liberais e intelectuais da época. Em razão disso Martins (2001, p. 1), explica que existiram vários impedimentos para a criação das

universidades, um deles é que a elite não via vantagens nessa ação. Na época, a elite enviava seus filhos para o exterior e, nesse sentido, não via a necessidade da criação do ensino superior para os demais moradores do país. A democracia e a igualdade não faziam parte dos projetos para o Brasil.

Desse modo, o autor detalha que:

“Contavam-se 24 projetos propostos para criação de universidades no período 1808-1882, nenhum dos quais aprovados. Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política” (p. 1).

1.2 As primeiras Instituições oficiais de ensino superior no Brasil

Posteriormente, as primeiras instituições de ensino superior criadas pela Coroa, só surgiram em 1808, data da chegada da Família Real Portuguesa no país. Na época, só existiam cursos de Engenharia, Medicina e Direito, todos de caráter profissionalizante e/ou técnico. Em seguida, foram criadas outras instituições de ensino superior relacionadas às áreas científica, tecnológica e cultural, conforme demonstram os quadros de 1 a 5 a baixo. No entanto, o ensino superior era voltado unicamente para as profissões liberais. As funções científicas, de 1850 até a chegada da primeira República, eram precárias e o ensino superior também não era valorizado.

Quadro 2 – Faculdades criadas com a chegada da Família Real

1808	Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador (atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia)
1808	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 4

A Faculdade de Cirurgia da Bahia foi a primeira a ser criada no território brasileiro, logo depois passa a ser Faculdade de Medicina da Universidade Federal

da Bahia (UFBA)². Por conseguinte, cria-se a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1808, da qual, anos depois, é incorporada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)³.

Quadro 3 – Faculdades criadas após o fim do período colonial e início da Independência do Brasil em 1822

1827	Faculdade de Direito de Olinda (atualmente Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco)
1827	Faculdade de Direito de São Paulo ou Academia de Direito de São Paulo (atualmente Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo)
1839	Faculdade de Farmácia de Ouro Preto (atualmente Escola de Farmácia da Universidade de Ouro Preto)
1876	Escola de Minas – Ouro Preto

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 4.

Em 1827 é criada a Faculdade de Direito de Olinda, posteriormente é integrada à Universidade de Federal de Pernambuco (UFPE)⁴. No mesmo ano é criada a Faculdade de Direito de São Paulo que posteriormente é anexada a Universidade de São Paulo (USP)⁵. Em 1839 cria-se a Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, que da qual é transformada em Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)⁶.

Quadro 4 – Faculdades criadas após a Proclamação da República em 1889

1891	Faculdade Nacional de Direito – Rio de Janeiro (atualmente Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro)
1892	Faculdade de Direito – Belo Horizonte (atualmente Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais)
1893	Escola Politécnica – São Paulo (atualmente Escola Politécnica da Universidade de São Paulo)
1896	Escola de Engenharia Mackenzie – São Paulo (atualmente Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana da Mackenzie)
1898	Faculdade de Direito de Goiás (atualmente Faculdade de Direito da Universidade de Goiás)

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 4.

² Fundada em 8 de abril de 1946.

³ Fundada em 7 de setembro de 1920.

⁴ Fundada em 11 de agosto de 1946.

⁵ Fundada em 24 de janeiro de 1934.

⁶ Fundada em 21 de agosto de 1969.

Em 1891, nasce a Faculdade de Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Sua criação se deu por meio da integração da Faculdade Livre de *Sciencias Juridicas e Sociaes* do Rio de Janeiro (ou Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro)⁷ juntamente com a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro⁸. Ambas foram criadas por meio de professores de frentes progressistas e conservadoras. Já em 1892 é criada a Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto, logo, em 1898 é transferida para Belo Horizonte, mais tarde ela passa a fazer parte da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁹.

Em 1893 é fundada a Escola Politécnica de São Paulo (primeira escola de engenharia do estado), e em 1934 passa a ser Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). No ano de 1870 é criada a Escola Americana (primeira instituição privada de engenharia do Brasil) que em 1896 passa a ser *Mackenzie College*. A escola possuía vínculos com a Universidade de Nova York¹⁰ e o ensino se espelhava no modelo das faculdades norte-americanas. Em 1952, foi criada a Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual resultou no aumento maior de cursos¹¹ além do que já existia. Atualmente a instituição é uma entidade privada, filantrópica e confessional ligada a Igreja Presbiteriana do Brasil. Pouco depois, em 1896, é fundada a Faculdade de Direito de Goiás, da qual futuramente passa a fazer parte da Universidade Federal de Goiás (UFG)¹².

⁷ Fundada em 18 de abril de 1882, mas iniciou suas atividades somente em 1891.

⁸ Fundada em 1891.

⁹ Fundada em 7 de setembro de 1927.

¹⁰ Os diplomas da instituição eram emitidos pela Universidade de Nova York.

¹¹ “Na década de 1940, o Mackenzie começou introduzir novas unidades e cursos, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1946; Faculdade de Arquitetura, em 1947 e a Faculdade de Ciências Econômicas, em 1950. Em 1952, com quatro escolas superiores, o Mackenzie é reconhecido por meio de decreto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas como uma universidade” (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Presbiteriana_Mackenzie>. Acesso em: 5 maio 2017).

¹² “Universidade Federal de Goiás foi criada no dia 14 de dezembro de 1960 com a reunião de cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. A partir desta data, Goiás passou a formar seus próprios quadros profissionais e a não depender de mão-de-obra qualificada vinda de outras regiões do país” (UFG - Universidade Federal de Goiás - História. Disponível em <<https://www.ufg.br/p/6405-historia>>. Acesso em: 12 maio 2017).

Quadro 5 – Institutos e órgãos criados posteriormente

1845	Observatório Nacional
1884	Santa Casa de Misericórdia de São Paulo
1886	Instituto Geológico 5 (Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo)
1887	Instituto Agrônomo de Campinas (Imperial Estação Agrônoma de Campinas)
1894	Instituto Florestal (Horto Florestal de São Paulo)
1892	Instituto Bacteriológico (deu origem ao Instituto Adolfo Lutz em 1940)
1899	Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
1893	Escola Politécnica de São Paulo

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 4.

Quadro 6 – Institutos Históricos e Geográficos

1838	Brasileiro
1862	Pernambuco
1869	Alagoas
1894	São Paulo
1900	Pará

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 4.

É possível destacar, por meio das tabelas, que só a partir de 1800 que se iniciam as iniciativas que visavam à criação e o desenvolvimento do ensino superior, no Brasil. Tendo como principal objetivo concentrar a elite e grande parte dos apadrinhados e parentes da família real nas questões pertinentes ao poder, aqui mesmo no país que crescia rapidamente, em todos os sentidos.

Convém lembrar também que, no final do século XIX, o Brasil havia passado por várias mudanças econômicas, políticas e sociais. Em 1822, por exemplo, o país havia conquistado a sua Independência. No ano de 1888, promulga sua primeira República, e na mesma data, decreta o fim do trabalho escravo que vigorou por 388 anos. A partir desse período, a industrialização começa a se desenvolver nas grandes metrópoles. Em razão disso, em resposta ao aumento da urbanização, o governo via a necessidade de investir em políticas de infra-estrutura nesses grandes centros. Verifica-se que, no âmbito da educação, houve a criação de escolas de ensino básico nas cidades. Já em relação ao ensino superior não houve nenhuma alteração e evolução.

1.3 Idealização e criação das primeiras universidades brasileiras

O interesse em criar uma universidade surgiu durante o período do desenvolvimento industrial, ou seja, no final do século XIX. O principal impedimento foi porque de que “a elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades” (MARTINS, 2002 p.1). Contudo essa ideia só se concretizou em meados do início do XX. A saber, as primeiras universidades surgiram por meio da união dos interesses de movimentos sociais heterogêneos.

A princípio, os avanços teóricos, tecnológicos e científicos que estavam ocorrendo no mundo, nessa época, foram um dos principais fatores que impulsionam a urgência da criação das universidades brasileiras.

No final do século XIX, existiam 24 instituições superiores e 10 mil alunos matriculados. Até 1878, as únicas instituições que haviam eram públicas comandadas pelo poder central e governos estaduais. Após a promulgação da Constituição de 1891, houve um aumento no número de instituições, visto que a Carta Magna havia liberado a criação de faculdades particulares a pedido da elite regional e confessionais católicas. Entre 1808 a 1882 encontravam-se 24 projetos relacionados à criação das universidades, mas nenhum foi deferido.

Assim vê-se que:

“Depois de 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era contida pela capacidade de investimentos do governo central e dependia de sua vontade política. [...] Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. A partir daí, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nesta época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do governo central. Dentre os cursos criados em São Paulo neste período, constam os de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica (1896), da atual Universidade Mackenzie, que é confessional presbiteriana. Nos 30 anos

seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas a 133, 86 das quais criadas na década de 1920” (MARTINS, 2002, p. 1).

Logo abaixo, no quadro 7 verifica-se que, entre 1907 e 1912, houve um aumento na quantidade de instituições particulares, subindo de 3 para 11 no último ano. Já as escolas públicas de ensino superior mantiveram com a mesma quantidade nos seis anos mencionados. Em seguida, no quadro 8 indica-se que, com a criação de mais instituições, o número de matrículas mais que dobrou, subindo de 1.794 para 2.367 nas escolas federais (aumento de 132%), e de 693 para 1.316 nas particulares (aumento de 190%). As matrículas dos cursos politécnicos também tiveram um crescimento, saltando de 2.487 em 1907 para 4.028 em 1911, sendo que houve uma leve queda em 1912.

Quadro 7 – Quantidade de instituições superiores criadas entre 1907 e 1912

ANNOS ANNEES	ENSINO CIVIL NO DISTRICTO FEDERAL								
	Ensino Superior Enseignement supérieur Escolas — Ecoles								
	Escolas – Ecoles								
	Discriminadas segundo a administração leur administration			Discriminadas segundo a natureza do ensino Réparties d'après la nature de l'enseignement			Discriminadas segundo o sexo dos alumnos Réparties d'après Le sexe des élèves		
Federaes Fédérales	Particulares Privées	Juridicas Juridiques	Médico-cirurgicas e pharmaceuticas Médico- Chirurgicales Et pharmaceutiques	Polytechnicas Polytechniques	Para o sexo masculino Pour Le sexe masculin	Para o sexo feminino Pou ler sexe féminir	Mixtas Mixtes	Total	
1907	2	3	2	2	1	3	-	2	5
1908	2	3	2	2	1	4	-	1	5
1909	2	3	2	2	1	4	-	1	5
1910	2	3	2	2	1	3	-	2	5
1911	2	3	2	2	1	3	-	2	5
1912	2	11	6	5	2	9	-	4	13

Fonte: Anuarioestadístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-19

Quadro 8 – Quantidade de matrículas realizada no ensino superior entre 1907 e 1912

ANNO S ANNE ES	ENSINO CIVIL NO DISTRICTO FEDERAL																		
	Enseino Superior																		
	Enseignement supérieur																		
	MATRICULAS – INSCRIPTIONS																		
Discriminada segundo a administração das escolas Réparties d'après l'admin istration Dès écoles	MATRICULA INSCRIPTIONS Discriminada segundo a natureza do ensino																Discriminada d'après le sexe		Total
	Dos curso s juridic os Dans Lesco urs juridiqu es	DOS CURSOS MEDICO-CIRURGICOS E PHARMACEUTICOS Das les cours médico-chirurgicaux et pharmaceutiques							DOS CURSOS POLYTECHNICOS Das les cours polytechniques								Sexo Masculi no Sexe masculi n	Sexo feminin o sexe féminin	
		Das escol as feder aes Dans Les écoles s fédér ales	Das escol as Partic ulares Dansl es écoles s privée s	Medic o Cirurg icos Médic o chirur gicau x	Phar mace uticos Phar mace utique s	Odont ologic os Odont ologiq ues	Obstr etrico s Obsté tricau x	Total	De agrim ensores D'arpe nteurs	Funda mental ou geral Fonda mental Ou généra l	De engen heiros geogra fos D'ingé nieurs géogra phes	De engen heiros Civis D'ingé nieurs civils	De engen heiros indust riais D'ingé nieurs dês artset Et manuf acture s	De engen heiros mechani cos D'ingé nieurs mécanicie ns	De enge nheiros de minas D'ingé nieurs de mines	Total			
1907	1.794	693	661	1.284	210	204	4	1.702	-	99	1	24	-	-	-	124	2.455	32	2.487
1908	2.338	734	703	2.568	336	310	9	2.223	-	113	-	31	-	2	-	146	3.045	27	3.072
1909	2.536	826	784	1.680	416	328	9	2.433	-	114	-	30	-	1	-	145	3.323	39	3.362
1910	2.533	772	736	1.702	412	304	13	2.431	-	114	-	22	-	-	2	138	3.243	62	3.305
1911	3.052	976	920	1.116	438	358	12	2.924	-	150	1	32	1	-	-	184	3.972	56	4.028
1912	2.367	1.316	1.087	1.803	240	284	15	2.342	14	201	1	37	1	-	-	254	3.630	53	3.683

Fonte: Annuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

Em síntese, vê-se que até 1891, o Brasil tinha 24 instituições superiores e após esse ano, em virtude das reformas educacionais de Benjamin Constant¹³, entre 1891 e 1910, foram criadas 27 escolas superiores e as faculdades isoladas obtiveram uma ampliação, como a primeira universidade do Brasil foi criada na cidade de Manaus (1909), depois disso foram criadas a Universidade Paulista (1911) e a Universidade de Curitiba, porém essas duas últimas funcionaram por pouco tempo.

Quadro 9 – Faculdades criadas após a reforma de 1891 até 1910

Faculdades	Quantidade
Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia	9
Direito	8
Engenharia	4
Economia	3
Agronomia	3

Fonte: TEIXEIRA, 1969 apud SOUZA, 2013, p.18.

1.4 O ensino superior no Brasil: 1930 a 1961

Em 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde e em 1937 o INEP – Instituto Nacional de Pedagogia, posteriormente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota-se que, as primeiras universidades pioneiras foram instituídas nas décadas de 1910 e 1920. Em seguida, por intermédio do Decreto Estadual nº 6.283/34, de 25 de janeiro de 1934, é criada a Universidade de São Paulo (USP). O principal objetivo da USP era formar “uma elite dirigente dotada de altos conhecimentos culturais, literários e artísticos” (SOUZA, 2011, p. 20). Seus princípios se baseavam em:

- promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito ou sejam úteis à vida;
- Formar especialistas em todas as profissões de base científica ou artística;
- Realizar a obra social de vulgarização das ciências, letras e artes por meio de cursos

¹³ Benjamin Constant foi um militar, professor e político brasileiro. Foi propagador do positivismo e um dos que fundaram a primeira república no Brasil.

sintéticos, conferências e palestras, difusão por rádio, filmes científicos e congêneres (CATANI; HEY (2006) apud SOUZA, 2011, p. 20).

Logo em diante, através do Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril de 1935, é instituída a Universidade do Distrito Federal (UDF). E em 1931, o então presidente Getúlio Vargas, colocou em prática sua política de reforma educacional por meio de seu Ministro da Educação Francisco Campos¹⁴. Durante o Estado Novo (Terceira República), Getúlio tinha argumentado que precisava haver uma hierarquização e inter-articulação dos ensinos superiores no país e ainda ressaltou a importância de incentivar a pesquisa e experimentação como permanente elaboração científica (FÁVERO, 2010 apud SOUZA, 2011, p. 20). À época, era vedada aos professores e alunos a participação em eventos de partidos políticos nos ambientes universitários, bem como a manifestação político-partidária por parte dos mesmos.

As Instituições de Ensino Superior (IES) particulares tiveram um aumento progressivo entre o período de 1933 e 1960. Nota-se que esse aumento surge já no início da década de 1930, elas somavam 65,0% do total das instituições superiores no Brasil. Os únicos cursos que havia eram Medicina, Odontologia, Direito e Ciências Econômicas, todos voltados para a formação de profissionais liberais. Em seguida, por volta do final da década 1950, foram criados os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, direcionados especialmente para a formação de professores.

Esse crescimento das instituições privadas se deu principalmente por causa do confronto de interesse entre os grupos hegemônicos católicos e as elites laicas pelo controle do ensino superior no Brasil. Em razão disso, houve um aumento substancial no número de matrículas no período mencionado, chegando a 44,0% logo no início década de 1950 (SOUZA, 2013, p. 21).

Já no ano de 1951, com objetivo de investir em pesquisa no país, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E no mesmo ano, é criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O órgão tem como finalidade investir na formação de pesquisadores e docentes, bem como auxiliar para a consolidação e ampliação dos cursos de mestrado e doutorado no país.

¹⁴ A reforma foi intitulada de Ministro Francisco Campos, devido ao nome do Ministro.

Logo, verifica-se que, entre 1930 e 1968, o Brasil passava por um ciclo de progresso econômico. Conforme Souza, o aquecimento da economia foi ocasionado principalmente pela instalação de empresas estrangeiras e nacionais no país, conseqüentemente, essa fase possibilitou o aumento de vagas no ensino superior.

De acordo com autor:

“[...] as transformações verificadas na economia brasileira impulsionaram mudanças políticas e sociais expressivas que acabaram por interferir na demanda por ensino superior, ganhando força a relação da oferta público-privada nesse nível educacional. À época, registrou-se o crescimento da internacionalização da economia do país, por meio de medidas como o aumento da instalação de grandes empresas estrangeiras e da concentração de empresas nacionais, o que permitiu a ascensão social das camadas médias que passaram a explorar pequenos negócios nos setores industriais, comerciais e de serviços” (SOUZA, 2013, p. 21).

Quadro 10 – Quantidade de instituições de ensino superior no Brasil entre 1900 á 1968

Período	Nº de escolas de Ensino Superior criadas no período
Até 1900	24
1900-1910	13
1910-1920	34
1920-1930	86
1930-1945	95
1945-1960	223
1960-1968	375

Fonte: TEIXIERA, 1989 apud SAMPAIO, 1991, p. 7.

Por conseqüência, houve um forte aumento na quantidade de instituições privadas no país. O quadro 10 mostra que, entre as décadas de 1930 até 1968, o número de instituições superiores avançou de 95 para 375, e a sua quantidade quase que quadruplicou no decorrer dos 38 anos referidos.

Em 1959, o então vice-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Darcy Ribeiro, teve a idéia de criar uma universidade moderna e diferente na América Latina. Pouco antes, em 21 de abril de 1960, sob o governo de Juscelino Kubitschek, Brasília tinha sido inaugurada para ser a nova capital da República e, no mesmo dia, JK aproveitou da solenidade para avisar que enviaria ao Congresso

Nacional o projeto referente à criação da Universidade de Brasília (UnB)¹⁵. No entanto, a inauguração da UnB só se concretizou em 21 de abril de 1962¹⁶ no governo de João Goulart. À época, a UnB tinha aproximadamente 400 alunos.

Dois anos mais tarde, entre o dia 31 março e 1º de abril de 1964, o Presidente João Goulart é destituído do poder por um golpe de Estado, dando lugar assim à ditadura civil-militar no Brasil. Durante o período, houve fortes perseguições, repressões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de estudantes, professores ou qualquer pessoa que era contra o governo e o regime. Neste momento, as universidades eram os ambientes mais controlados pelos militares, uma vez que, para o governo militar, eram lugares onde se concentravam mais indivíduos com formação crítica, principalmente política.

1.5 A situação do ensino superior durante a ditadura militar no Brasil

O início da ditadura militar foi colocado em prática o projeto de Reformas do Ensino, da qual visava a reformado ensino de 1º e 2º graus¹⁷ e ensino superior¹⁸. Logo, a reforma do ensino superior foi feita principalmente para atender as reivindicações dos estudantes. Na pauta, os principais pontos que os estudantes exigiam para a tal reforma eram:

“(i) universidade aberta a todos; (ii) diminuição da taxa de exame e matrícula; (iii) vigência nas universidades do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna; (iv) rompimento da dependência da universidade diante do Estado por meio da

¹⁵ “Uma Universidade transformadora, com a missão de produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Essa é a Universidade de Brasília, cuja trajetória se entrelaça com a história da capital do país. Resultado do sonho e do trabalho de educadores como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a UnB é, desde 1962, ano de sua criação, uma das principais referências acadêmicas nacionais. A diversidade cultural presente em seus quatro campi é uma de suas características marcantes. A pluralidade, aliada à busca permanente por soluções inovadoras, move a produção científica e o cotidiano da instituição. A UnB segue atuante em todas as áreas do conhecimento, aberta às principais demandas do Brasil e do mundo. Com olhar apontado para o futuro e estima pelo caminho já trilhado, a Universidade se consolida como organismo indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais íntegra e democrática” (Fonte: Vera Brant. Escritora. Autora do Livro "Darcy", da Editora Paz e Terra (Texto Originalmente Publicado no site "UnB 50 Anos").

¹⁶ “As regras, a estrutura e concepção da Universidade foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962” (Fonte: Site da UNB).

¹⁷ Reforma feita através da Lei nº 5.693/71.

¹⁸ Reforma feita através da Lei 5.540/68.

eleição do reitor e dos diretores das faculdades pelos docentes e discentes; (v) livre associação dos estudantes dentro das universidades; (vi) elaboração de currículos por comissões de professores especializados e representantes estudantis; (vii) aproveitamento dos estudantes mais capazes como monitores e estagiários em cargos a serem criados” (CUNHA , 2007 apud SOUZA 2011, p. 24).

Já em 1961, houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)¹⁹, através dessa lei, é criado o sistema estadual de ensino. O propósito desse projeto era fazer com que a educação fosse mais democrática, para isso, houve a ampliação do acesso ao ensino superior. A ação era destinada exclusivamente para os concluintes do ensino secundário (atual ensino médio) e também para os que terminaram cursos profissionalizantes. Contudo, o governo não havia criado vagas suficientes que atendesse toda a demanda. Por consequência, vários estudantes se organizaram para reivindicar a geração de mais vagas e mais verbas para as universidades²⁰.

No decorrer da década 70, houve agravamento dos problemas sociais e econômicos decorrente da crise econômica que se alastrava pelo país. Em relação ao ensino superior, a falta no preenchimento das vagas e a evasão universitária eram um dos principais problemas enfrentados pelas instituições superiores, principalmente particulares. Nesse tocante, Souza (2013) em referência a Fonseca (1994) lembra que, devido a esses problemas, alguns segmentos da sociedade traçaram várias críticas contra as soluções tomadas pelo governo para o ensino superior. E entre os que criticavam incluíam associações de profissionais da universidade pública e da classe média. Segundo o autor:

“[...] no final da década de 1970, as mudanças ocorridas na economia, que geraram grave quadro inflacionário e agravaram a crise de desemprego, vão contribuir para um certo desaquecimento da expansão do ensino superior e para sua revisão crítica, na perspectiva qualitativa, por vários segmentos da sociedade civil. O próprio governo, pressionado, envolve-se na discussão do tema ‘qualidade de ensino’, como uma forma de dar respostas às constantes críticas das associações da classe média que se sentiam

¹⁹ Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

²⁰ Ver capítulo 2.

desprotegidos com a perda relevância do título acadêmico” (FONSECA (1994) apud SOUZA, 2011, p. 26).

A política adotada pelo governo militar para a melhoria do ensino superior gerou somente resultados quantitativos, ou seja, a ação era destinada basicamente para a criação de mais instituições privadas e para o aumento de matrículas. Para Souza (2011), os estabelecimentos de ensino superior se beneficiaram especialmente por meio da Reforma do Ensino motivada pela pressão do mercado, o que possibilitou uma ajuda financeira direta e indireta do Estado às iniciativas privadas.

Dessa forma, o autor destaca que:

“[...] as brechas deixadas pela Constituição de 1967, em relação ao apoio estatal à iniciativa privada no ensino, uma vez que essa Constituição, pela primeira vez, disponibilizou ajuda técnica e financeira dos poderes públicos ao segmento privado, destacando-se a modalidade de bolsas de estudo. Tais brechas fizeram com que o ingresso dos empresários na educação tivesse uma recepção pela política educacional da época. Em consequência, o ensino superior privado expandiu-se e diversificou-se internamente nas décadas subseqüentes à Reforma em questão. Essa ampliação ocorreu, sobretudo, por meio da expansão de outro tipo de estabelecimento privado, de caráter marcadamente empresarial e que respondia, de forma mais direta, às pressões do mercado” (SOUZA 2011, p. 25).

Percebe-se que, entre 1964 e 1973 houve um crescimento de 744,7% no ensino superior no Brasil. Com efeito, entre 1968 a 1976 o número de instituições superiores públicas saltou de 129 para 222, enquanto particulares subiram de 243 para 663. Conforme a tabela abaixo, a quantidade de matrículas nas IES públicas, em 1960, representava 55,7% contra 44,3% das IES privadas. Em 1980, esse número era 35,7% contra 64,3% respectivamente²¹.

²¹ “Nesse momento histórico, o crescimento desse setor vai encontrar apoio, em grande parte, no caráter pragmático da Lei 4.024/1961 [...] A LDB favoreceu os interesses privados, por atribuir aos conselhos de educação (o federal, e os estaduais) importantes competências antes concentradas nos detentores dos cargos executivos. Os membros desses conselhos, nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados, recaíram em pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privadas. Completamente, esses conselheiros ficaram expostos a pressões e atrativos de diversas espécies. Além disso, divididos os centros de tomada de decisão,

Quadro 11 – Matrículas em cursos de graduação, por natureza administrativa, no Brasil (1960-1990)

Anos	IES Total		IES Públicas		IES Privada	
	(Milhares)	(%)	(Milhares)	(%)	(Milhares)	(%)
1960	93,2	100,0	51,9	55,7	41,3	44,3
1965	155,8	100,0	87,6	56,2	68,2	43,8
1970	425,5	100,0	210,6	49,5	214,9	50,5
1975	1.072,5	100,0	410,2	38,2	662,3	61,8
1980	1.377,3	100,0	492,2	35,7	885,1	64,3
1985	1.367,6	100,0	556,6	40,7	811,0	59,3
1990	1.540,1	100,0	578,6	37,6	961,5	62,4

Fonte: INEP, 2000 apud SOUZA, 2004, p. 28.

Em suma, o total de matrículas nas IES privadas, entre 1960 a 1980²², tinha subido 843,7% e o ensino superior no geral havia crescido 480,3%. Mas, apesar do avanço quantitativo, conforme Martins (1989) a qualidade do ensino deixava a desejar visto que as instituições tinham entrado na lógica de acumulação capitalista, onde o mais importante era o acúmulo de capital com mínimo investimento em qualidade.

Assim, esse autor menciona que:

“Ao lado de sua característica de empreendimento comandado pela lógica da acumulação do capital, o “novo” ensino privado representou também uma ruptura na transmissão e produção de um saber crítico, que vinha conquistando um espaço em determinadas áreas do conhecimento, na universidade brasileira (MARTINS (1989) apud SOUZA, 2013, p. 29).

De acordo com o relatório do Banco Mundial, em 1987, a porcentagem de estudantes matriculados no ensino secundário e superior no Brasil, era o menor em comparação aos outros países listados.

tornou-se mais difícil a resistência às pressões e aos atrativos das instituições privadas de ensino” (CUNHA (2007) apud SOUZA, 2011, p. 27 (SOUZA, 2011, p. 26).

²² Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB para o ensino de 1º e 2º graus).

Quadro 12 – Percentagem de estudantes na faixa etária dos matriculados na educação secundária e superior, diversos países, 1987

País	A – Educação Média	B – Educação Superior	B/A
Brasil	39%	11%	28%
Chile	70%	18%	25%
México	53%	16%	30%
Polônia	80%	18%	22%
Argentina	74%	39%	52%
Coréia	88%	36%	41%
Espanha	102%	30%	30%
França	92%	31%	33%
USA	98%	60%	61%

Fonte: Banco Mundial, Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, 1990 apud SAMPAIO, 1991, p. 25.

Após 21 anos de ditadura civil-militar (1964 a 1985), o Brasil volta a ser uma república democrática, nesse processo, em 5 de outubro de 1988 é promulgada a sétima Constituição do país (sexta da república)²³. A nova Carta Magna foi batizada de “Constituição Cidadã” em razão de que ela havia sido criada por meio de consulta popular, da participação de entidades de classe, movimentos sociais e sindicais e também porque os direitos fundamentais haviam sido restituídos²⁴.

Na questão do direito à educação, vários artigos e capítulos da nova Constituição foram dedicados à Educação, sendo aprofundadas no próximo capítulo desse trabalho.

²³ “Em países democráticos, a Constituição é redigida por uma Assembléia Constituinte, formada por representantes escolhidos pelo povo. No Brasil, a Constituição de 1988 foi elaborada pelo Congresso Constituinte, composto por deputados e senadores eleitos democraticamente em 1986 e empossados em fevereiro de 1987. O trabalho, concluído em um ano e oito meses, permitiu avanços em áreas estratégicas como saúde (com a implementação do Sistema Único de Saúde), direito da criança e do adolescente e novo Código Civil” (BRASIL, Portal do Planalto, 2011).

²⁴ “Uma vez conquistado o direito de apresentar propostas de emendas populares ao texto em elaboração pela Assembléia Nacional Constituinte, garantido em seu Regimento Interno, os vários movimentos, comitês e plenários Pró-Participação Popular na Constituinte começaram a se articular para apresentar à Constituinte uma emenda popular que incluísse no texto da futura Constituição a possibilidade de o povo, diretamente, apresentar projetos de lei e de emenda à Constituição, além de outros instrumentos de participação popular. O desafio maior para a campanha de coleta de assinaturas para essa emenda residia no fato de que não se tratava de um assunto de interesse específico de um grupo ou classe, mas do próprio processo democrático. (SENADO FEDERAL, Jornal da Constituinte, Exposição “A Participação Popular nos 25 anos da Constituição Cidadã”, 2013).

Todo esse histórico apresentado demonstra que a Educação Superior no Brasil veio sendo instituída lentamente, sendo a questão da assistência estudantil é uma política recente, cujo marco é a Constituição Federal de 1988.

Capítulo II

Inserção e permanência no ensino superior: a luta que não cessa

2.1 A instituição das políticas de assistência estudantil no Brasil

Foi no século XX que começaram os primeiros financiamentos para a assistência estudantil no país. Para isso, em 1929, sob o governo de Getúlio Vargas foi criada a Casa do Estudante do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, a primeira política de assistência estudantil do país. De acordo com Araújo (2007), “a Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes”, sendo que a UFRJ “passou a abrigar diversos serviços a estudantes carentes, como: restaurante popular, residência estudantil, biblioteca, entre outros” (ARAÚJO apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 2 e 5).

Posteriormente, em 1931 é criado o Estatuto das Universidades Brasileiras por meio do Decreto nº 9.851. A partir daí, houve a regulamentação das Políticas de Assistência Estudantil no Brasil pelo Estado.

Dessa forma, seu artigo 108 assegurava que:

Art. 108 Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único A seção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 2-3).

No entanto, a obrigatoriedade da política de assistência estudantil, no Brasil, só se tornou possível quando esta se tornou parte da Constituição Federal de 1934. Com isso, o seu artigo 157 definia que a União, Estados e Distrito Federal deveriam

criar fundos de investimento exclusivos para educação. Ademais parte do valor deveria ser reservado para “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1946 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 3).

A partir daí, foi criada a consolidação das ações de assistência estudantil através da Constituição de 1946, onde o art. 172 estabelece que: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 3).

Mais tarde, a assistência estudantil havia se tornado pauta da LDB de 1961, da qual foi intitulada de “Assistência Social Escolar”. Nessa época, a assistência estudantil não era mais tratada como uma ajuda aos necessitados e carentes, mas sim como um direito a quem dela precisar.

Com isso, foi especificado que:

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1946 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 3).

Na mesma década, o artigo 168 da Constituição de 1967, garantia que a educação era um direito de todos e ainda estabelecia o direito à igualdade de oportunidades educacionais. Além do mais, o ensino, posterior ao primário, deveria ser gratuito para os que provassem falta ou insuficiência de recursos, e em contrapartida esses estudantes deveriam mostrar aproveitamento de estudo. A gratuidade também seria substituída pela concessão de bolsas de estudo, exigido depois o reembolso no caso de ensino de grau superior. Ainda, a Carta Magna, em seu artigo 169, estipulou que cada sistema de ensino deveria ter obrigatoriamente “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados

condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 3).

Em 1970 é criada a Diretoria de Assistência Estudantil através do Decreto nº 66.967, a entidade era vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Por conseguinte, foi criado o artigo 62 da LDB de 1971 para a questão da assistência estudantil.

Logo, os artigos fixaram que:

Art. 62 Cada sistema de ensino compreenderá obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar (BRASIL, 1971 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 3).

Em 1972 é criado o Programa Bolsa de Trabalho através do Decreto nº 69.927. O objetivo do programa era proporcionar vagas de emprego em órgãos ou entidades públicas ou particulares, sobretudo para estudantes carentes de recursos financeiros.

No entanto, apesar dos vários avanços na legislação, não houve avanços práticos na área da assistência estudantil no período da ditadura militar. Além disso, na época, houve forte repressão contra os movimentos de estudantes.

Posteriormente, em 1987 é criado o Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). O fórum reúne os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil, e ainda tem como objetivos:

- formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;

- assessorar permanentemente a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes);
- participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (FONAPRACE)

2.2 A Constituição Federal de 1988 – marco histórico da cidadania

Na questão do direito à educação, foi reservado o artigo 6º (Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos) e os artigos 205º ao 214º (Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Seção I – Da Educação), sendo que os dois principais definiram que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015) (CF, 1988).

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988).

Em linhas gerais, a criação da Constituição de 88 foi um marco na questão da viabilização dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. No entanto, vários dos direitos ainda não saíram do papel, pois ainda há muitos problemas sociais decorrente da escassez de políticas de inclusão e garantia de direitos que ainda não foram colocados em prática. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial através do índice de Gini²⁵, em 1989, o Brasil era o país mais desigual do

²⁵ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o

mundo.

2.3 Era FHC e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) foi o quinto presidente após o fim da ditadura militar²⁶. Foram dois mandatos, sendo que o primeiro ocorreu entre 1995 a 1998 e o segundo de 1999 a 2002. Em princípio, as principais reformas neoliberais do Estado brasileiro foram feitas durante seu governo. A principal delas foi através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)²⁷, formulado pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) Luiz Carlos Bresser-Pereira²⁸. O Plano visava à privatização de algumas empresas estatais e a delegação de parte das responsabilidades do governo para a Sociedade Civil (Terceiro Setor). A reforma se baseava nos princípios teóricos da administração gerencial e da eficiência. O intuito era separar o Estado em quatro áreas diferentes, das quais eram:

“(i) *núcleo estratégico e burocrático*, que traduz a concepção de que o único papel exclusivo do Estado é preparar, definir e fazer cumprir as leis, além de estabelecer relações diplomáticas e defender o território; (ii) *setor de*

Desenvolvimento (Pnud), o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda” (IPEA, 2004).

²⁶ Os cinco presidentes eleitos pelo voto direto após a ditadura militar foram: 1) Tancredo Neves (eleito, mas não empossado devido a sua morte, no seu lugar assumiu o vice José Sarney); 2) José Sarney (1985-1990); 3) Fernando Collor (1990-1992 - sendo Fernando Collor eleito diretamente, mas ao sofrer impeachment assumiu o vice Itamar Franco); 4) Itamar Franco (1992-1995); 5) Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

²⁷ O PDRAE pode ser sintetizado nessa citação de Bresser. A ideia central era enxugar o Estado como vistas ao Estado mínimo defendido pelo neoliberalismo à época. “A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. Com a finalidade de colaborar com esse amplo trabalho que a sociedade e o Governo estão fazendo para mudar o Brasil, determinei a elaboração do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira” (BRESSER-PEREIRA, 1996).

²⁸ Foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado entre 1995 a 1998 e Ministro da Ciência e Tecnologia em 1999.

serviços monopolistas de Estado, correspondendo a atividades cujo principal usuário é o próprio Estado, não se caracterizando como lucrativas, motivo pelo qual o governo propõe mantê-las como estatais; (iii) *setor de serviços sociais competitivos*, por meio dos quais o governo faz a defesa da “eficiência” e menor custo dos serviços sociais oferecidos pelas instituições “privadas”; (iv) *setor de produção de bens e serviços*, constituído de empresas públicas que garantem amplo acesso da populações a bens e serviços, expressando a idéia do governo de são atividades empresarias e devem ser transferidas integralmente para a iniciativa privada (venda automática), sem controle estatal” (BRESSER-PEREIRA (1996) apud SOUZA, 2013, p. 30).

Já em relação ao ensino superior, as propostas criadas por FHC, para a essa modalidade de ensino, seguiram a mesma lógica neoliberal aplicada pelo Plano Diretor, ou seja, o propósito era transformar o ensino superior mais eficiente e competitivo de acordo com as novas exigências da economia mundial. No período, o governo havia criado várias políticas de incentivo para o crescimento de instituições privadas e públicas, o que possibilitou a oferta de ensino presencial, semi-presencial e a distância.

Durante o governo de FHC é sancionada a nova LDB nº 9.394/96 e também é criado o Plano Nacional de Educação – PNE 2001/2010²⁹. Em referência a isso, Souza lembra que “a Constituição Brasileira de 1934 já sinalizava para a elaboração de um Plano Nacional de Educação, embora tenha sido necessário aguardar sessenta e sete anos para vê-lo concretizado, em 2001” (SOUZA, 2013, p.33).

Neste caso, a expansão das instituições particulares se deu especialmente por intermédio dos artigos 44 e 45 da nova LDB³⁰. Além da criação dessas medidas, foram instituídos também:

²⁹ Criado por meio da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. (BRASIL, 2001).

³⁰ “Art. 44 A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I – curso seqüência por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III – de pós-graduação, comprometendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino; Art. 45 A educação superior será ministrada em instituições de educação superior públicas ou privadas, com variedade de graus de abrangência ou especialização” (LDB (1996) apud SOUZA, 2013, p. 32-33).

- **Exame Nacional de Cursos (ENC)**³¹ (conhecido popularmente como “Provão”).
(Em 2004 foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE)
- **Função:** avaliar os cursos de graduação da Educação Superior do Brasil. Ele possuiu oito edições que foram realizadas anualmente pelo Inep entre os anos de 1996 e 2003. O objetivo com a avaliação era ranquear as instituições de ensino superior exigindo a qualificação das piores avaliadas com medidas como a contratação de mestres e doutores, melhorias em instalações de laboratórios e bibliotecas, entre outros. A reincidência de um curso nas piores classificações poderia causar seu fechamento pelo MEC. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Exame_Nacional_de_Desempenho_de_Estudantes).

- **ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**³²
(aperfeiçoado no governo Lula)
- conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, 1998).
- **Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação**³³.
- Tinha a finalidade de estimular as parcerias entre universidades, centro de pesquisa.

³¹ Criado através da Lei nº 9.131/95 (BRASIL, 1995).

³² Criado pela Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998 (BRASIL, 1998).

³³ Criado através da Lei nº 10.168/2000 (BRASIL, 2000).

➤ **Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior (FIES) substituição ao falimentar Programa de Crédito Educativo (CREDUC).**

(aprimorado no governo Lula)³⁴

- Alocação indireta de verbas públicas para as IES privadas, desde que essas revelassem avaliações positivas, o que, na prática, contribuiu para assegurar o preenchimento de uma parcela das vagas do setor privado, estimulando sua expansão (SOUZA, 2013, p. 34).

➤ **Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G).**

- Era destinado a cidadãos estrangeiros (18 a 25 anos de idade) com ensino médio completo, preferencialmente os que estavam inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico acordados no Brasil por via diplomática. Tais programas definiam o compromisso do aluno de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou, sendo desenvolvido em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.
- **Bolsa Promisaes³⁵:** O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro no valor de seiscentos e vinte e dois reais para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres. Para concorrer ao Promisaes, o estudante, além de estar matriculado em instituição federal de educação superior, deve ter bom desempenho acadêmico, de acordo com as exigências da universidade em que estuda. A universidade, para aderir ao programa, precisa estar vinculada ao PEC-G e receber, regularmente, estudantes estrangeiros por meio desse programa (BRASIL, Portal Brasil. Bolsa Promisaes. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Promisaes/decreto4875.pdf>>. Acesso em: 28/08/2017).

³⁴ Criado através da Lei nº 10.260/2001 (BRASIL, 2001).

³⁵ Criado pelo Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003.

➤ **Projeto Jovem Cientista**

(criado em 1981 e reativado no governo de FHC)³⁶.

- O prêmio destinava-se a graduados em curso superior que tinha menos de 40 anos e estudantes de escolas técnicas e/ou curso superior com menos de 30 anos de idade. O objetivo era estimular a revelação de talentos e investir em estudantes e profissionais que procuravam alternativas para problemas brasileiros.

Já em relação à expansão das instituições superiores, essas tiveram um aumento considerável. Em 1995, por exemplo, havia no total 894 IES em todo Brasil, sendo que 210 (23,5%) eram públicas e 684 (76,5%) eram privadas. Posteriormente, em 2002, existiam 1.637 IES no país, desse total, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas³⁷. Em resumo, em 1980 existiam apenas 882 IES, enquanto que em 1995 havia somente 894, ou seja, em 15 anos o aumento foi de 1,4%. Posteriormente, de 1995 à 2002, esse crescimento foi 83,1% (INEP, 1998 apud SOUZA, 2013).

Ou seja, conforme a quadro 13, até 1999, o Brasil, em comparação com os outros países da América, era o único país que a quantidade de instituições privadas era maior que o número de IES públicas, sendo que 63,1% são particulares e 36,9% são públicas. Em primeiro lugar vem o Canadá, como ensino superior 100% público, em segundo está o Uruguai, com 88,4% público e em terceiro vem a Argentina com 85,2% do ensino superior público.

³⁶ “Art. 1º. O Prêmio Jovem Cientista foi instituído em 1981. É uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Conta com a parceria da Fundação Roberto Marinho e com o patrocínio da Gerdau e, a partir de 2014, também da BG Brasil” (CNPq, 2014).

³⁷ “No início da década de 1990 houve uma redução do número de IES municipais no país. A título de exemplo, menciona-se que em 1991 existiam 56 IES federais, 82 estaduais e 84 municipais [...] Dez anos depois, embora o número de IFES tenha aumentado para 67, manteve-se o mesmo número para estabelecimentos estaduais (82), porém com uma diminuição das instituições municipais para 53” (INEP, 2002 apud SOUZA, 2013, p. 36).

Quadro 13 – Distribuição das matrículas na Educação Superior entre Instituições Públicas e Privadas (1999-2000)

País	Ensino Público	Ensino Privado
Canadá	100,0%	0,0%
Uruguai	88,4%	11,6%
Argentina	85,2%	14,8%
México	69,0%	31,0%
Estados Unidos	68,7%	31,3%
Peru	62,3%	37,7%
Brasil	36,9%	63,1%

Fonte: HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015, p. 9.

Conseqüentemente, a expansão das IES levou a criação de mais cursos e oferta de vagas, o que objetivou um aumento maior de matrículas presenciais. De acordo com o quadro 14, o percentual de crescimento de matrículas das instituições privadas foi de 129, 2%, enquanto que nas públicas essa taxa foi de 50, 1%³⁸.

³⁸ “Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que freqüentam a instituição privada (CARDOSO; SAMPAIO, 1994 apud MARTINS, 2002, p.6). “Se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental. Na década de 1990, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressa no ensino superior correspondia a 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras” (GARCIA, 1997 apud MARTINS, 2002, p.6).

Quadro 14 – Matrículas em cursos presenciais de graduação no Brasil, por natureza administrativa e taxas de crescimento no período entre 1995-2002

Ano	Total	%	IES Públicas					IES Privadas	%
			Federal	Estadual	Municipal	Total	%		
1995	1.759.703	100,0	367.531	239.215	93.794	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	100,0	388.987	243.101	103.339	735.427	39,3	1.133.102	60,7
1997	1.945.615	100,0	395.833	253.678	109.671	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	100,0	408.640	274.934	121.155	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.369.945	100,0	442.562	302.380	87.080	832.022	35,1	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	100,0	482.750	332.104	72.172	887.026	33,0	1.807.219	67,0
2001	3.030.754	100,0	502.690	357.015	79.250	939.225	31,0	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	100,0	531.634	415.569	104.452	1.051.655	30,2	2.428.258	69,8
Taxas	97,7	-	44,6	73,7	11,3	50,1	-	129,2	-

Fonte: INEP, 2004 apud SOUZA, 2013, p. 37.

Mas, apesar da criação de várias políticas direcionadas para o ensino superior e expansão das mesmas, o período de FHC foi marcado pela precarização e sucateamento do setor. Além disso, grande parte dos estudantes das universidades públicas era de classe média e alta. Os(as) poucos(as) estudantes pobres e/ou negros(as), que conseguiam o ingresso à universidade, não detinham condições financeiras para permanecer. A assistência estudantil, deficitária por sinal, não era suficiente para atender todos/as os/as estudantes que precisavam de apoio. Logo, Souza (2013) explica que essas falhas foram causadas por três motivos:

- sucateamento das universidades públicas, em função dos cortes de verbas;
- não abertura de concursos públicos para professores e técnico-administrativos;
- excessiva expansão da educação superior privada com verba pública (p. 36).

Percebe-se que o número de estudantes negros(as) e pobres, no ensino superior, até 2003, era menor em comparação aos estudantes brancos(as) e não pobres. Logo, nota-se que esse resultado era sinônimo da desigualdade social e da falta de políticas de inclusão, ou seja, problema este que vem se arrastando desde a época colonial no Brasil, onde pobres, negros(as) e indígenas sempre foram

marginalizados(as).

Entende-se que:

“[...] as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, para não mencionar o período colonial. [...] A desigualdade e, sobretudo de natureza regional e racial. Em 1997, a taxa de analfabetismo no Sudeste era de 8,6%; no Nordeste, de 29, 4%. O analfabetismo funcional no Sudeste era de 24,5%; no Nordeste era de 50%, e no Nordeste rural, de 72% [...] O mesmo dá em relação à cor. O analfabetismo em 1997 era de 9,0% entre brancos e de 22% entre negros e pardos; os brancos tinham 6,3 anos de escolaridade; os negros e pardos, 4,3” (CARVALHO, 2011, p. 208-209).

Nessa perspectiva, essas várias reformas foram conseqüências do projeto neoliberal objetivada pelo sistema capitalista mundial. Conseqüentemente, isso ocasionou uma ruptura entre o Estado e a sociedade, principalmente na questão da obrigatoriedade da viabilização dos direitos através do Estado. Em relação às reformas na educação, o objetivo da burguesia era criar um sistema que qualificasse a classe trabalhadora, por essa razão a reforma foi feita com o objetivo aperfeiçoá-los(as) por meio de cursos técnicos para a inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, de acordo com Mandel:

““ A “crise” da universidade tradicional humanista não se dá por razões formais, isto é, excesso de estudantes, alto custo da formação, falta de infraestrutura material, nem por razões sociais globais, como o crescimento do desemprego entre a intelectualidade ou a necessidade do uso ideológico da ciência. A verdadeira crise da universidade tem razões diretamente econômicas: se dá pelas necessidades de aceleração das inovações tecnológicas. No capitalismo tardio, a universidade passa por transformações dada “a necessidade de força de trabalho especializada no plano técnico na indústria e num aparelho de Estado em crescimento [...] ”” (MANDEL, 1979 apud CISLAGH; SILVA, 2012).

2.4 Era Lula

Em 1º de janeiro 2003, após quatro tentativas de se eleger à presidência da república do Brasil³⁹, o ex-operário Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) toma posse como presidente da república. Seu governo também foi de dois mandatos, o primeiro de 2003 a 2007 e o segundo de 2007 à 2011. Por consequência, Lula tinha herdado vários problemas econômicos e sociais decorrentes do governo anterior. Mesmo assim, Lula conseguiu elevar a economia do país. Consta-se que o período entre junho de 2003 à julho 2008 foi à melhor fase de crescimento econômico registrado depois 30 anos de déficit⁴⁰. Outro fator de seu governo foi à questão da diminuição da desigualdade social. Ou seja, de acordo com o coeficiente de Gini realizado pelo Banco Mundial, em 2002 o cálculo do índice era de 58,6 e em 2012 era 52,9. E segundo um relatório divulgado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o índice de Gini em 2004 era de 54,2 e em 2014 ele havia caído para 45,9⁴¹.

Em relação ao financiamento destinado à educação, FHC havia deixado um bilhão a menos para o investimento na área (8 bilhões em 2002 para 7 bilhões em 2003). E segundo dados do IPEA, FHC havia gasto pouco mais que R\$19,7 bi (0.75% do Produto Interno Bruto – PIB) com educação em 1995, em 2002 esse desembolso foi de R\$ 19,9 bi, já no governo Lula, o total de investimento para a educação chegou a 45,5 bi (1,11% do PIB) em 2010.

Por conseguinte, Lula havia dado continuidade a algumas políticas criadas por FHC, sendo que uma delas foi à continuidade do investimento para a multiplicação das instituições privadas.

Ainda, durante seu governo, foram criadas várias políticas para a classe trabalhadora, logo, o principal objetivo do governo era democratizar o acesso ao ensino superior. Ademais, um dos fatores positivos de seu governo foi a elevação do número de negros(as) e pobres nas IES e o aumento dos recursos destinados às políticas de assistência estudantil no Brasil. Já alguns setores sociedade alegam que

³⁹ As três eleições anteriores da qual Lula havia sido derrotado foram: em 1989, contra Fernando Collor e em 1994 e 1998, contra FHC.

⁴⁰ Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado em 11 de fevereiro de 2010.

⁴¹ Dados relativos ao governo Lula (2003-2011) e governo Dilma (2011-2016). Dessa forma, considera-se a política adotada por Lula e Dilma no combate à desigualdade social.

faltou um investimento maior nas políticas de permanência dos estudantes nos cursos de graduação, ou seja, para eles a assistência estudantil não conseguiu atender a demanda de estudantes que dela precisavam. No mais, a assistência estudantil possibilitou que os mais pobres pudessem se dedicar ao estudo. Fator este que, desde a época colonial, era difícil para os mais pobres, pois a educação destes era direcionada para o trabalho.

Logo no início de seu mandato, com a finalidade de combater a crise da educação superior, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁴². O principal compromisso do grupo era analisar a situação da educação, para posteriormente apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES⁴³, principalmente das universidades federal⁴⁴. Dessa maneira, foram instituídos quatro pontos para o GTI:

- 1) apresenta o elenco de ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais;
- 2) ressalta a necessidade da efetiva implantação de autonomia à universidade federal;
- 3) aponta para linhas de ação imediata, que possam complementar recursos e ao mesmo tempo propiciar um redesenho do quadro atual;
- 4) indica as etapas necessárias para a formulação e implantação da reforma universitária brasileira.

Porém, antes de colocar o projeto em prática, o governo o submeteu a uma consulta popular, no entanto, vários movimentos e entidades de classe não concordavam com a reforma. Logo, o Sindicato dos Docentes das Instituições de

⁴² Decreto Presidencial de 20 de outubro de 2003.

⁴³ “Essas mudanças permitirão à universidade: fazer avançar sua produção acadêmica no ritmo imposto atualmente pela velocidade do avanço do conhecimento em todas as áreas; adaptar-se a realidade de um tempo onde o conhecimento se espalha no mundo, por Internet, televisão e outras modernas formas de mídia, sem desrespeitar o tradicional locus histórico do aprendizado em sala de aula; participar da solução dos novos problemas, especialmente os éticos, ecológicos, sociais, científicos e tecnológicos, da civilização contemporânea; zelar pela credibilidade e legitimidade dos diplomas universitários; e conviver com o saber internacional no mundo globalizado, ao mesmo tempo em que não se desliga da realidade ao redor” (BRASIL, 2003).

⁴⁴ As políticas criadas pelo governo federal foram direcionadas somente para as instituições federais de ensino superior. Para o nível Estadual, foi criado o PENAEST – Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais, a política era direcionada para as instituições superiores estaduais.

Ensino Superior (ANDES) era um dos que não apoiavam, eles alegavam que essa política poderia causar vários problemas, tais como: 1) a privatização do sistema federal de educação superior; 2) a restrição a autonomia das universidades públicas; e 3) o aumento da autonomia das IES privadas (SOUZA, 2013, p. 40). No entanto, várias propostas foram colocadas em prática mesmo com a oposição dos movimentos, entretanto, o governo havia deixado o projeto aberto para devidas discussões e alterações.

Ainda no seu primeiro mandato, Lula havia criado inúmeras políticas direcionadas ao ensino superior, mas as principais foram: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)⁴⁵; Parceria Público-Privadas⁴⁶; Lei de Inovação Tecnológica⁴⁷; Programa Universidade Para Todos (ProUni)⁴⁸; e a Educação a Distância, tendo como destaque a Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁴⁹. Posteriormente, em seu segundo mandato (2007-2010), foram instituídos o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁵⁰ e a Universidade Nova. Já no ano de 2008 foi criado os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF)⁵¹.

O REUNI foi uma importante iniciativa, pois foi a partir dessa política que as universidades federais se expandiram, além disso, houve o aumento de verbas e vagas nessas instituições como pode-se verificar a partir das diretrizes apresentadas abaixo. Seja:

⁴⁵ Criado por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

⁴⁶ Criada por meio da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004).

⁴⁷ Criado por meio da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004).

⁴⁸ Criado em 2004 e regulamentado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e alterado pela Lei 11.128, de 28 de junho de 2005 (BRASIL, 2005).

⁴⁹ Criado por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2006).

⁵⁰ Criado por meio Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

⁵¹ Criado a partir a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

➤ **Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.**

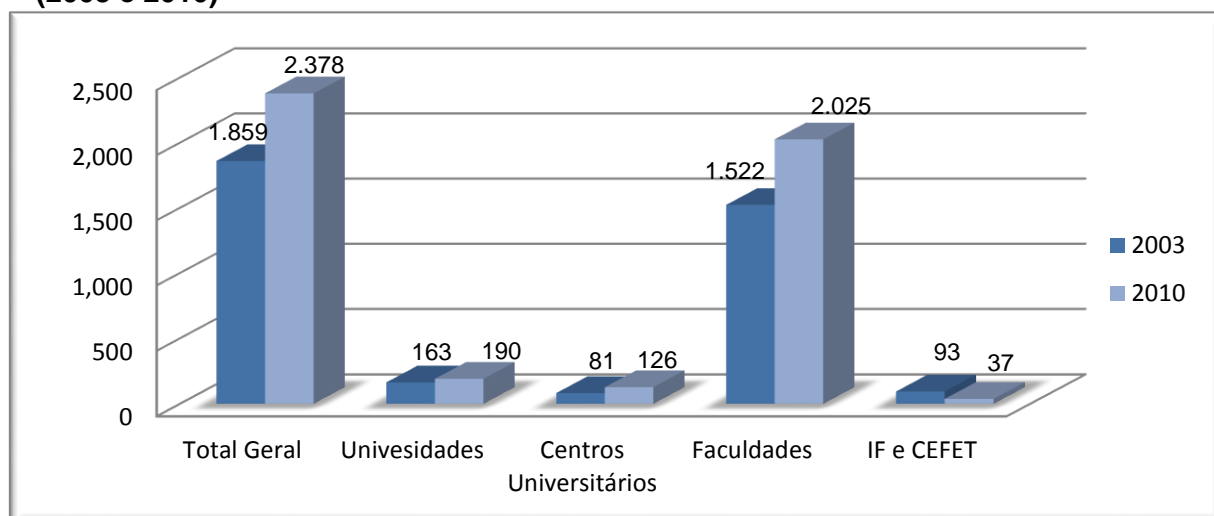
- **Requisitos/objetivos:** as universidades deveriam aumentar para 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais; elevar a 18 o número de alunos por docente. Dessa maneira, o governo aumentaria a verba destinada à instituição.
- **Diretrizes: I** - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; **II** - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; **III** - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; **IV** - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; **V** - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e **VI** - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Outra medida importante que permitiu a inserção de jovens da classe trabalhadora ao ensino superior foi a ProUni que são bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes que tenham renda familiar per capita de até três salários mínimos. O governo criou esse critério combinado a outros direcionados para outros elementos sociais como: incentivo à pessoas portadoras de deficiência; estudantes de ensino médio cursados na rede pública e professores da rede pública com cursos de magistério, como podemos verificar abaixo:

➤ **ProUni – Programa Universidade para Todos.**

- São bolsas de estudos em instituições privadas para estudantes que tenham renda familiar per capita de até três salários mínimos.
- **Público beneficiado: I** – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; **II** – a estudante portador de deficiência, nos termos da lei; **III** – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda. (BRASIL, 2005).

Gráfico 1 – Evolução numérica das IES no Brasil, por organização acadêmica (2003 e 2010)

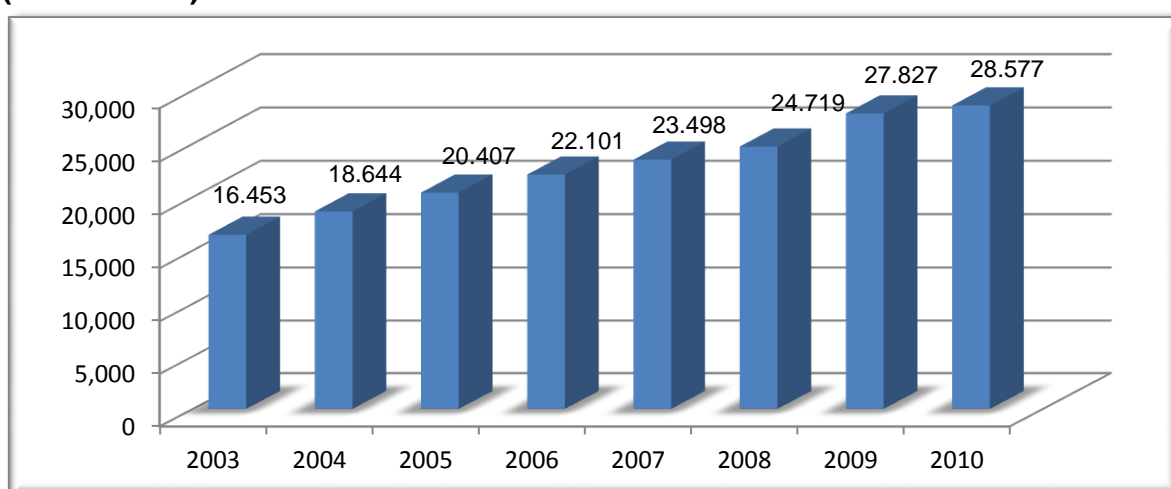


Fonte: INEP, (2004 e 2012) apud SOUZA, 2013, p. 42.

De acordo o gráfico 1, entre 2003 e 2010, foram criadas 27 universidades (16,5%), 45 centros universitários (aumento de 55,5%), 503 faculdades (aumento de 33,9%) e 56 Institutos Federais (IF) e centros federais de educação tecnológica (CEFET) (aumento de 51,0%). No total, foram criadas 519 instituições de ensino superior em sete anos. Por fim, o aumento geral foi 27,9%.

Logo abaixo, o gráfico 2 mostra a porcentagem de evolução dos cursos presenciais de graduação entre os anos de 2003 e 2010.

Gráfico 2 – Evolução da oferta dos cursos presenciais de graduação no Brasil (2003 a 2010)



Fonte: INEP, 2012 apud SOUZA, 2013, p. 41.

Conforme os dados acima, a evolução dos cursos presenciais de graduação, entre 2003 a 2010, seguiu em linha crescente. Por outro lado, entre 2003 e 2004, a média de aumento chegou a 2.200 cursos por ano. De 2005 a 2008 essa média foi de 1.500 por ano. E em 2009, a média foi de 3.108 por ano. Contudo, essa média havia caído para 750 em 2010. Segundo Souza, essa queda pode estar relacionada a dois aspectos: 1) “o crescimento pelo qual passava a economia brasileira no período; e 2) a própria força de mercantilização do sistema de educação superior incentivado pelas políticas públicas nele vigentes” (SOUZA, 2013, p. 41).

Dessa forma, “o programa apresentava um custo por aluno bastante baixo quando comparado ao despendido nas instituições públicas em geral e, até mesmo, em relação ao que se pagava mensalmente, nas instituições de ensino” (CORUCCI; CASSIOLATO; CODES; CHAVES, 2009, p.103). Conforme o quadro abaixo, o financiamento por aluno pelo ProUni, no total, foi menor do que o gasto com as instituições públicas.

Quadro 15 – Contrapartida da União, na forma de renúncia fiscal de acordo com o MEC

Valor em reais	Período
R\$107 milhões	2005
R\$391 milhões	2007

Fonte: CORUCCI; CASSIOLATO; CODES; CHAVES, 2009, p.10

Em relação ao ProUni, os dados a seguir mostram que 748 mil estudantes foram beneficiados pelo programa entre 2005 e 2010. Desse total, 69% tinham bolsas integrais e 48% eram afrodescendentes. Ao todo, 5.194 receberam bolsa permanência no valor de R\$ 300,00 reais, reservadas para estudantes que frequentam cursos no período integral.

Quadro 16 – Número de Bolsas ocupadas pelo ProUni* (2005-2010)

Ano	Bolsas Ocupadas
2005	95.608
2006	204.625
2007	310.186
2008	434.750
2009	596.077
2010	748.788

*69% receberam bolsas integrais

Fonte: AGUIAR, 2016, p. 123.

Em 2012 foi instituída a Lei de Cotas Raciais⁵², o intuito do governo era aumentar o número de negros(as) e pardos(as) nas instituições de nível superior. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a instaurar as cotas, em seguida a Universidade de Brasília (UnB)⁵³ foi a primeira instituição federal a adotar o sistema. A partir daí, a Lei de Cotas é aprovada no Superior Tribunal Federal (STF)⁵⁴.

Por consequência, o gráfico 3 mostra o avanço no número de negros(as)/pardos(as) nos cursos de graduação nas redes públicas e privadas, no período entre 2005 e 2012⁵⁵.

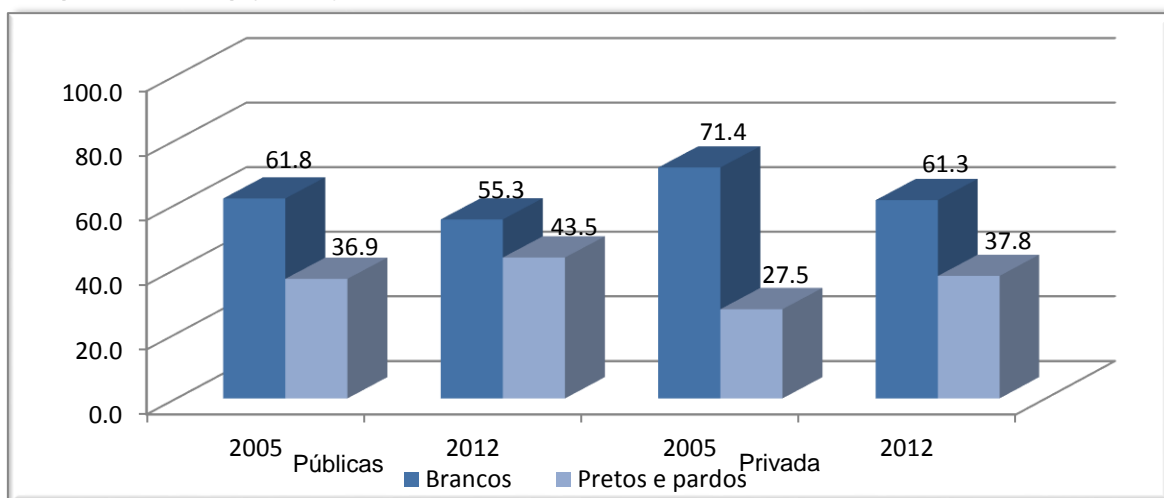
⁵² “O primeiro projeto de lei propondo ações afirmativas para população negra é de autoria do então deputado Abdias Nascimento – Projeto de Lei nº 1.332 de 1983. Em discurso proferido no Senado Federal, por ocasião dos 110 anos da abolição, ele já defendia a necessidade das cotas: Ação afirmativa ou ação compensatória é, pois, um instrumento, ou conjunto de instrumentos, utilizado para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo dos negócios. Por meio deles, o Estado, a universidade e as empresas podem não apenas remediar a discriminação passada e presente, mas também prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva, aberta à participação igualitária de todos os cidadãos.” (BRASIL, Portal Brasil, 2017).

⁵³ “A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira federal a instituir o Sistema de Cotas para Negros, em junho de 2004. As cotas existem porque a universidade brasileira é um espaço de formação de profissionais de maioria esmagadoramente branca. Ao manter apenas um segmento étnico na construção do pensamento dos problemas nacionais, a oferta de soluções de torna limitada. As políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra têm como objetivo o enfrentamento de um quadro de desigualdades raciais, reconhecido pelo Estado brasileiro e observado na UnB. Vinte por cento das vagas do vestibular são destinadas aos cotistas. Para ingressar na universidade pelo Sistema de Cotas para Negros, o candidato deverá ser negro, de cor preta ou parda (mestiço de negros) e optar pelo sistema. No vestibular, o interessado deve obter, no mínimo: Nota maior que zero na prova de língua estrangeira; 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais; 10% da nota na prova de Ciências da Natureza e Matemática; 20% da nota no conjunto das provas. Os candidatos ao vestibular que optarem pelo Sistema de Cotas para Negros no ato da inscrição serão convocados para entrevista pessoal em data posterior à realização das provas de conhecimentos e anterior à divulgação do resultado final do processo seletivo. Caso seja verificado pela Banca Entrevistadora que o candidato não é apto a concorrer pelo Sistema de Cotas, ele passará a disputar uma vaga oferecida pelo Sistema Universal. O candidato que já teve inscrição homologada no Sistema de Cotas em vestibulares anteriores está dispensado de participar da entrevista” (Site da UnB).

⁵⁴ ““ No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudante negros e ‘de um pequeno número delas’ para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constitui, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”, afirmou o ministro Lewandowski” (BRASIL, “STF julga constitucional política de cotas na UnB”, STF, 2012. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>>. Acesso em: 17 jul. 2017). Apesar da fala otimista do ministro importa esclarecer que o convênio firmado com a FUNAI não cumpriu a meta.

⁵⁵ Dados da era Lula e início do governo Dilma.

Gráfico 3 – Participação de brancos e pretos/pardos no total de pessoas que freqüentavam cursos de graduação nas redes públicas e privadas – Brasil (2005 e 2012) (em %)



Fonte: IBGE/ PNAD. Elaboração: Ipea/Disoc.

De acordo com o gráfico 3, o aumento de negros(as) e pardos(as) nos cursos de graduação, nas redes públicas, foi de 18% e de 37% nas instituições privadas, dessa forma, percebe-se que essa ampliação foi maior no setor privado. Porém, no geral, a proporção de estudantes negros(as) nas instituições públicas foi maior. Conseqüentemente, esse aumento se deu basicamente por meio do ProUni, uma vez que, para participar do programa, os inscritos precisavam comprovar ter uma renda familiar *per capita* de até três salários mínimos (SMs). Além disso, as cotas étnico raciais precisam ser equivalentes à proporção de pretos, pardos e indígenas⁵⁶ na Unidade da Federação (UF) onde se localiza a instituição de ensino (IPEA, 2004).

Logo, percebe-se também que houve um aumento no número de estudantes indígenas, conforme mostra os dados do quadro 17.

⁵⁶ “Índios: A comissão que implementou o Sistema de Cotas para Negros também foi responsável pelo convênio entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (Funai), assinado em 12 de março de 2004. Conforme o acordo, a cada semestre, dez indígenas aprovados em um teste de seleção ingressam na universidade. A oferta de cursos para esses alunos varia de acordo com as necessidades da tribo e a disponibilidade de vagas na instituição. A Funai oferece suporte de moradia aos indígenas e, em contrapartida, a UnB oferece apoio acadêmicos para que eles permaneçam na instituição” (Site da UnB). É importante esclarecer que existem dados de 2014 aos quais nos aproximamos no final da elaboração desse trabalho.

Quadro 17 – Distribuição percentual dos estudantes das Universidades Federais por classes econômicas e raça/etnia⁵⁷

		%								
		A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	Amarela	2,27	2,94	2,85	3,12	3,30	2,61	3,70	6,41	3,06
	Branca	73,84	71,86	64,41	58,56	48,60	38,37	29,53	22,76	53,93
	Indígena	0,36	0,22	0,37	0,61	0,89	1,50	2,52	11,33	0,93
	Preta	1,51	2,34	4,14	7,71	10,96	13,15	18,45	18,21	8,72

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2004, 2010.

Conforme a quadro 18, dentre todos os ingressantes das universidades federais que entraram em 2010, 50,39% estudaram integralmente ou parte em escola pública e 42,36% estudaram integralmente ou maior parte em escola particular. A partir daí, nota-se que, em 2010, mais da metade dos que estudantes das Universidades Federais eram procedentes de escolas públicas (parcialmente ou integralmente), e não de escolas particulares como afirmam outras fontes.

Quadro 18 – Tipo de escola em que cursou o ensino médio.

Escola (integralmente ou maior parte)	Pesquisa 1996/7 (%)	Pesquisa 2003/4 (%)	Pesquisa 2010 (%)
Pública	45,4	46,2	50,39
Privada	54,96	52,9	46,61
Não se aplica	Não perguntado	0,9	Não perguntado

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 1997, 2004, 2010

A seguir, o quadro 19 mostra a evolução de matrículas do ensino superior federal, estadual e municipal, entre os anos de 2001 a 2010.

⁵⁷ “Esta nova configuração é resultante, sobretudo, da institucionalização nestes últimos anos das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e também do programa de expansão das Universidades Federais. O aumento do universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda, majoritariamente nas classes C, D e E, evidencia o importante papel dessas políticas na democratização do acesso à universidade pública. Não obstante, verificou-se uma diminuição da população indígena (0,9% contra 2,0% em 2004), concentrando-se majoritariamente na classe E” (Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, Brasília - 2011).

Quadro 19 – Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

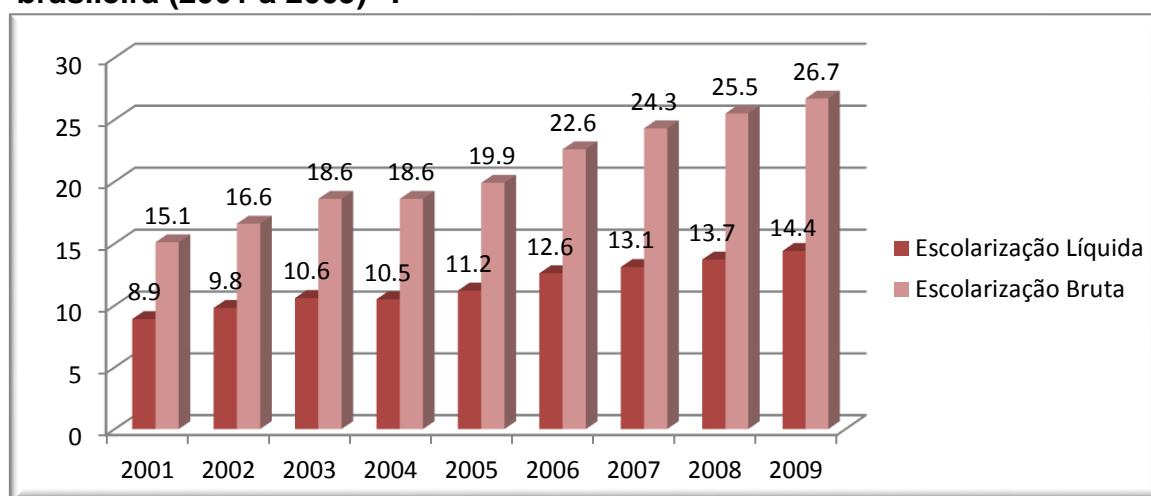
Ano	Matrículas										
	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

Fonte: Mec/Inep.

Dessa forma, o levantamento mostra que a quantidade de matrículas foi acima do dobro entre os anos de 2001 e 2010. Por fim, de acordo com os dados, mais da metade das matrículas de todos os anos, pertenciam às instituições particulares.

Nota-se que houve um aumento considerável no número de matrículas no Brasil. De acordo com o gráfico 4, esse índice foi principalmente referente ao aumento de jovens de 18 a 24 anos.

Gráfico 4 – Taxas de escolarização bruta e líquida na educação superior brasileira (2001 a 2009)⁵⁸.



Fonte: (INEP, 2012 apud SOUZA, 2013, p. 50).

⁵⁸ Nota no INEP: “No caso dos anos de 2001, 2002 e 2003, exclui-se a população rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima (INEP, 2012 apud SOUZA, 2013, p. 50).

No entanto, conforme Bertolin, essa taxa é relativamente baixa se comparada à quantidade de matrículas de outros países.

Ou seja, o autor aponta que

[...] em diversos países, as taxas de escolarização bruta, em geral, são maiores que 50%, chegando a, por exemplo, 52% no Chile, 64% no Uruguai, 56% na França, e 82% nos Estados Unidos, no Brasil era de apenas 25% em 2008. Em relação aos próprios objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação, o Brasil ainda está muito aquém da meta da taxa de escolarização líquida de 30% para a educação superior em 2010. Na média geral do país, a taxa estava próxima a 15% em 2010 (BERTOLIN, 2011 apud SOUZA, 2013, p. 50).

Assim, pode-se dizer que esse problema está relacionado principalmente a mercantilização do sistema educacional, da qual o ensino público não é tratado como um direito e sim como uma mercadoria, fator este que é verificado desde a época colonial no Brasil. Isto é, “a relação público-privado na educação brasileira não é um acontecimento recente. O fato do Estado não assumir a educação como um serviço público, uma atividade prioritária, deixou-a vulnerável às pressões de grupos e interesses privados” (PINHEIRO, 1991 apud SOUZA, 2013, p. 46).

2.4.1 A política de assistência estudantil no governo Lula

Em seu governo, Lula havia criado várias políticas de acesso à educação superior. Sendo que a maioria delas era direcionada para a ampliação de negros(as) e pobres nas instituições de ensino superior. Em vista disso, houve um grande aumento de pobres negros(as)/quilombolas nas IES, principalmente nas Universidades Federais. Em decorrência disso, o governo reuniu com vários movimentos e entidades ligados a educação para criar mecanismos de permanência desses estudantes. A partir daí cria-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁵⁹ e Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais – PENAEST. Este último diz respeito ao repasse de recursos financeiros para ações de assistência a estudantes

⁵⁹ A saber, “a consolidação do PNAES pelo Governo Lula é o reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (ANDIFES_FONAPRACE, 2011).

de graduação de instituições públicas estaduais.

- **PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil** (a seleção e avaliação socioeconômica, bem como o acompanhamento dos estudantes ficavam por conta das Ifes).
- **Objetivos:** **I** – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; **II** - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; **III** - reduzir as taxas de retenção e evasão; e **IV** - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- **Benefícios:** moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
- “O PNAES se efetivaria por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais, tendo como finalidade a ampliação das condições de permanência e conclusão de curso dos jovens na educação superior pública federal. O PNAES foi continuamente acompanhado e aperfeiçoado pelo FONAPRACE, sobretudo após a pesquisa de 2004, de modo a tornar-se exequível em todas as Universidades Federais, respeitando as características e perfis específicos. O PNAES foi então adotado e lançado pela ANDIFES em agosto de 2007, como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida” (Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) Brasília – 2011).

➤ **PENAEST⁶⁰ – Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais.**

- Em dezembro de 2010 o MEC criou, para as universidades e centros universitários públicos estaduais e gratuitos que aderirem ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada), o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest), mediante o qual o Ministério repassará recursos da União a serem usados para a promoção de ações voltadas à assistência de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições públicas estaduais, de acordo com o número de vagas oferecidas no Sistema. Assim, as instituições públicas estaduais e gratuitas que oferecerem até 200 vagas no SiSU (Sistema de seleção unificada do MEC, em articulação com o ENEM) receberão até R\$ 150 mil; entre 201 e mil vagas, até R\$ 750 mil; acima de mil vagas, até R\$ 1,5 milhão. Além disso, a instituição que oferecer, na primeira edição do SiSU de cada ano, entre 50% e 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada um de seus cursos habilitados a participar do sistema, receberá uma bonificação de até 30% sobre o valor do recurso a ser repassado. No caso das instituições que ofertarem acima de 80% do total de vagas anuais autorizadas em cada curso, a bonificação será de até 50% sobre o valor a ser repassado (ANDRÉS, Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras, 2011, p. 13-14).

A princípio, o PNAES foi desenvolvido através de uma pesquisa realizada pelo FONAPRACE a partir do perfil dos estudantes das Universidades Federais. Também para se criar o documento foram realizados estudos e debates no interior do Fórum e mobilização de estudantes e comunidade universitária. Dessa forma, “a minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil [...] estabeleceu diretrizes para a definição de programas e ações na área, demonstrando ao Estado a necessidade de destinação de verbas específicas para a manutenção da assistência ao aluno (FONAPRACE, 2012).

Em seguida, a assistência estudantil foi inserida na PNE de 2001, a partir daquele momento o debate começou a ter mais ênfase. E em abril do mesmo ano, o FONAPRACE enviou o texto final do Plano Nacional de Assistência Estudantil para Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). E “este passou a ser o documento norteador para as ações relacionadas ao tema, incluindo a elaboração de propostas de recursos orçamentários para as Universidades Federais investirem em Assistência Estudantil

⁶⁰ Criado pela Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010.

(FONAPRACE, 2012 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 6).

“Após a inclusão da Assistência Estudantil no PNE, caminhou-se para a elaboração de um documento mais amplo. Este trabalho materializou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado através da Pesquisa do Perfil publicada em 1997 e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas IFES, observadas pelos setores responsáveis nas Instituições” (FONAPRACE, 2012 apud PINTO; DAVID; MACHADO, 2015, p. 6).

O programa é direcionado especialmente para estudantes oriundos de escolas públicas de educação básica ou com renda familiar *per capita* de um salário mínimo e meio. De acordo com artigo 3º, §1º, o Programa compreendia os seguintes benefícios: “moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010). Logo, a seleção e avaliação socioeconômica, bem como o acompanhamento dos estudantes ficavam por conta das Ifes.

Em relação à questão orçamentária, antes de se criar o PNAES, a assistência estudantil era financiada com recursos do Tesouro na Lei Orçamentária Anual (LOA)⁶¹, através do Programa: 1073 – Brasil universitário, atividade 4002, Assistência ao estudante de ensino de graduação. Posteriormente, após a criação do PNAES, a assistência estudantil passou a ser financiada tanto pela LOA quanto pelo próprio PNAES, aumentando assim o orçamento para o programa.

A seguir, a quadro 20 mostra a quantidade de verba destinada pelo governo federal para assistência estudantil através da LOA (entre 2007 a 2011) e do PNAES

⁶¹ “É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA (Plano Plurianual) e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios. No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo, fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei” (BRASIL, Orçamento Federal: *O que é Lei Orçamentária Anual (LOA)?*. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>>. Acesso em: 19 jul. 2017).

(início em 2011)⁶².

Quadro 20 – Recursos para a assistência estudantil e a ampliação das vagas

Nominal		PNaes	Total deflacionário	Diferença	Vagas na graduação	Ampliação das vagas na graduação
LOA	Programa: Brasil Universitário Atividade: Assistência ao estudante do ensino de graduação.					
2007	13.948.000,00		15.017.811,60		6625	
2008	9.765.741,00	2.781.820,31	12.368.131,18	-18%	6825	3%
2009	11.396.821,00	-	11.396.821,00	-8%	7682	13%
2010	14.905.793,00	-	14.905.793,00	31%	8254	7%
2011	17.690.265,00	-	17.690.265,00	19%	9060	10%

Fonte: Banco de dados Fiscalize/Câmara de Deputados e site da UFRJ apud CISLAGHI; SILVA, 2012, p.487.

Dessa forma, entre 2007 a 2011, houve um aumento de 18% nos recursos destinados a assistência estudantil. Já as vagas obtiveram um aumento de 37%. Mas “apesar dos aumentos nominais de recursos, estes não são proporcionais à expansão de vagas impostas pelo Reuni” (CISLAGHI; SILVA, 2012, p.486). Ou seja, o número estudantes de baixa renda que ingressaram nas universidades era maior do que a quantidade de assistência estudantil disponível.

Em relação aos mecanismos de permanência, conforme os dados das tabelas 18, 15% faziam parte do programa alimentação, sendo que a maioria dos participantes pertencia às classes C, D e E (ANDIFES_FONAPRACE, 2012).

⁶² “Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa Nº 39 do Ministério da Educação, o PNAES foi instituído no âmbito da Secretaria de Educação Superior – SESu. Como política de governo, o PNAES foi prontamente posto em prática, logo a partir do mês de janeiro de 2008, com descentralização de recursos da ordem de R\$ 125.000.000,00. Os recursos foram ampliados nos anos seguintes para R\$ 200.000.000,00 em 2009 e R\$ 295.000.000,00 em 2010. O aumento sistemático do volume de recursos para o PNAES revela a avaliação positiva da SESu/MEC, em relação ao papel estratégico exercido pela assistência estudantil nas metas de redução da retenção e melhoria das condições de permanência dos estudantes. Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7234 da Presidência da República, o PNAES foi consolidado como programa de estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC. O plano foi então convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, mantendo a mesma sigla. O investimento aumentou para a casa dos R\$ 395.000.000,00 em 2011” (Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília – 2011).

Quadro 21 – Participação dos estudantes nos programas de alimentação

	%								
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	1,78	2,76	4,98	10,41	19,07	29,30	34,28	37,26	15,03
Nordeste	2,04	1,65	4,66	7,78	11,13	20,26	28,10	32,79	12,44
Norte	0,00	5,27	3,31	6,89	15,16	19,84	24,66	27,21	15,62
Sudeste	0,17	2,90	4,44	10,13	24,22	39,22	48,62	83,09	15,23
Sul	4,93	5,26	7,99	14,74	26,21	44,07	56,21	85,09	18,39
Centro-Oeste	1,41	0,41	2,60	12,39	21,46	38,80	60,41	66,68	15,91

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2012.

Já em relação ao programa bolsa permanência, a quadro 22 mostra que 11% recebiam o recurso, logo a maioria era também pertencente às classes C, D e E.

Quadro 22 – Participação dos estudantes nos programas de Bolsa Permanência

	%								
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	0,38	0,80	2,37	5,85	12,46	23,22	28,66	39,58	10,53
Nordeste	0,00	1,15	2,27	3,30	5,81	13,55	17,12	24,39	7,23
Norte	0,00	0,00	4,54	8,42	17,50	27,78	41,25	56,27	22,31
Sudeste	0,00	0,75	1,23	4,09	13,76	27,91	29,00	27,41	8,49
Sul	2,16	0,73	4,64	10,35	19,73	34,98	44,04	100,00	13,12
Centro-Oeste	0,00	0,66	1,14	7,53	10,75	26,29	40,28	66,68	9,83

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2012.

Na questão do auxílio transporte, 10% dos universitários utilizavam o recurso. De maneira que, os estudantes das classes C, D e E eram a maioria.

Quadro 23 – Participação dos estudantes nos programas de Transporte

	%								
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	Geral
Nacional	2,26	5,28	6,84	8,24	12,41	14,75	17,18	17,70	10,11
Nordeste	2,04	4,06	3,98	3,75	5,61	5,79	9,96	10,98	5,43
Norte	0,00	1,73	7,95	9,26	14,92	19,79	24,99	30,73	16,26
Sudeste	0,74	4,31	4,77	5,82	11,83	17,94	19,99	0,00	8,37
Sul	0,00	6,78	8,67	12,15	21,90	26,82	35,35	92,55	14,63
Centro-Oeste	7,51	8,87	16,61	19,24	15,76	17,59	12,74	0,00	15,10

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2012.

Em referência ao trancamento de matrículas, a taxa de trancamento de matrícula é de 12,4%. Dessa totalidade, 16% são por insatisfação com o curso, 10% por motivos de saúde e 15% por motivos financeiros. “O trancamento por insatisfação com o curso é maior nas classes A e B, enquanto por impedimento financeiro é maior nas classes C, D e E” (ANDIFES_FONAPRACE, 2012, p. 33).

Quadro 24 – Motivos para trancamento de matrícula

		(%)						Geral
		Não	Sim, por insatisfação com o curso	Sim, por impedimento de saúde	Sim, por impedimento Financeiro	Sim, por Licença Maternidade	Sim, por outro motivo	
Nacional	A1	2,38	2,03	1,27	0,00	0,00	2,92	2,35
	A2	13,33	13,16	4,52	0,66	0,00	12,50	12,90
	B1	17,87	13,72	12,61	4,79	11,35	19,23	17,58
	B2	22,92	22,59	27,93	27,03	20,56	29,27	23,49
	C1	19,41	19,07	32,02	24,40	25,13	18,34	19,59
	C2	14,04	12,70	12,77	21,49	23,96	11,90	14,01
	D	9,63	12,64	7,89	20,22	18,99	5,77	9,60
	E	0,41	4,30	0,00	1,39	0,00	0,08	0,47

Fonte: ANDIFES_FONAPRACE, 2012.

Logo, de acordo com o FONAPRACE, “o impedimento financeiro das classes C, D e E para a continuidade dos seus cursos de graduação reafirma a necessidade de ampliação dos recursos do PNAES para eliminar esta causa de trancamento de matrícula.” (ANDIFES_FONAPRACE, 2012, p.33).

Por fim, as decisões tomadas pelo governo Lula foram criticadas por ambos os lados, tanto pelos movimentos radicais de esquerda quanto pela classe dominante. Dessa forma, para alguns setores da esquerda, Lula havia colaborado para avanço do projeto neoliberal através da parceria público-privada e da valorização do setor privado. Por outro lado, alguns setores da classe dominante não concordavam com as políticas fiscais impostas pelo seu governo.

Conforme Waldow (2014, p. 12), uma das principais ações econômicas do governo Lula foi à elevação do poder de compra da classe trabalhadora. A saber, “tem início, então a continuidade da política macroeconômica, um processo iniciado pela sociedade capitalista no Brasil, porém com novos olhares para a classe trabalhadora”.

Assim, vê-se que

“[...] o lulismo despertou reações inversas. Por um lado, a fúria da classe dominante que teve pequenas limitações impostas aos seus lucros, e, por outro lado, a gratidão. Das multidões que tiveram acesso, ainda que ínfimo, ao consumo” (WALDOW, 2014, p. 12).

Mas, ao mesmo tempo, sua gestão foi bem avaliada por organismos internacionais. Além do mais, diversas políticas de inclusão social foram prestigiadas por inúmeras nações e até mesmo adotadas por alguns países. E, de acordo com algumas pesquisas, Lula tinha aprovação de mais da metade da população brasileira.

De modo que, além do aumento das instituições superiores no país, a política de democratização para o acesso ao ensino superior foi um marco importante de seu governo. Em princípio, a inclusão dos mais pobres, negros(as)/quilombolas e indígenas nas universidades, principalmente nos cursos considerados elitistas, faz parte de um projeto de evolução das políticas sociais e dos direitos sociais. Em princípio, essas ações partiram principalmente da participação e reivindicação dos movimentos sociais e entidades de classe ligadas à educação.

Por conseguinte, ao final de seu mandato, Lula havia criado 14 universidades federais, mais de 200 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). E mais de 700 mil jovens de classes populares entraram em universidades federais e privadas através do Programa Universidade para Todos (ProUni) e, segundo dados do FONAPRACE, de todos estudantes que se formaram em instituições federais, mais de um milhão e quinhentos mil receberam os auxílios do PNAES.

2.5 Governo Dilma

Já em 1º de janeiro de 2011, a economista Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) toma posse como presidenta do Brasil. Foi a primeira mulher a assumir o alto cargo. O primeiro mandato durou de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, já o segundo mandato foi de 1º de janeiro de 2016 a 31 de agosto de 2016. E este foi interrompido através de um golpe civil parlamentar (*impeachment*/impugnação de mandato) realizado pelos partidos opositores e pela

elite, sendo representado por Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), o seu vice-presidente.

O descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁶³ – conhecida popularmente como pedalada fiscal – foi a principal alegação jurídica dos golpistas para a retirada de Dilma do poder. Porém, afastaram-na especialmente por razões de interesses políticos e econômicos para implantação de uma outra fase do projeto neoliberal⁶⁴.

Embora exista um parecer do Tribunal de Contas (TCU) de 28 de junho de 2017 de que Dilma não cometeu o crime de manobra fiscal durante seu governo, não há indícios, até o momento de devolução do seu mandato por nenhuma das instituições responsáveis por zelar pela democracia no país.

Ao longo de sua gestão, Dilma vinha dando continuidade às políticas de Lula, principalmente no campo das políticas sociais. Em relação à educação, Dilma havia destinado 75% dos royalties⁶⁵ e 50% do Fundo Social do pré-sal para a área, ambos eram recursos da empresa Petróleo Brasileiro S/A – Sociedade Anônima (Petrobras). Conforme a quadro 25, a execução orçamentária para o ensino superior

⁶³ Estabelecida pela Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. “Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição - § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar” (BRASIL, 2000).

⁶⁴ “Durante entrevista em Nova Iorque (Estados Unidos da América – EUA) nesta quarta-feira (21/09/2016), o presidente empossado Michel Temer assumiu que o impeachment de Dilma Rousseff foi uma articulação política que tinha como interesse implementar o programa “Ponte para o futuro”, um projeto neoliberal do partido de Temer que foi rejeitado pela então presidenta. O vídeo, no fim da reportagem, e as informações, são do The Intercept Brasil. Segundo Temer, meses antes do impeachment, o PMDB teria apresentado o projeto para Dilma Rousseff, que teria se negado a colocá-lo em prática. A não realização do projeto e sua rejeição teriam culminado no golpe contra a presidenta petista” (Revista Fórum (*versão online*) – Temer assume que golpe contra Dilma foi articulado porque ela não aceitou projeto neoliberal – disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/09/22/temer-assume-que-golpe-contra-dilma-foi-articulado-porque-ela-nao-aceitou-projeto-neoliberal/>>. Acesso em: 30 jul. 2017).

⁶⁵ “O royalty é uma compensação financeira devida à União pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis. Os royalties incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os royalties aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), de acordo com o estabelecido pelas leis nº 9.478/1997 e nº 7.990/1989, regulamentadas, respectivamente, pelos decretos nº 2.705/1998 e nº 1/1991” (BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/royalties-e-outras-participacoes/royalties>>. Acesso em: 08 ago. 2017).

em 2012 foi de mais de 10 milhões e em 2013 esse investimento saltou para mais de 12 milhões, ou seja, houve um aumento de 16,6% na destinação dos recursos. Sem contar que o número de instituições superiores e de matrículas seguiu em ordem crescente durante o governo Dilma.

Quadro 25 – Execução orçamentária do MEC, por programa temático do PPA (2012-2013) (Em R\$ de 2013 atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA)

Nível de ensino	2012	2013	Variação (%)
Educação Básica	30.386.832.728	28.147.633.586	-7,4
Educação profissional e tecnológica	4.718.242.026	5.940.308.630	25,9
Educação Superior	10.854.854.545	12.658.747.185	16,6
Total	45.959.929.299	46.746.689.401	1,7

Fonte: Siafi/Sidor. Elaboração: Disoc/Ipea.

Em seguida, a quadro 26 mostra detalhadamente a execução financeira em programas e ações do Ministério da Educação (MEC) com a educação superior. Inclusive os dados revelam que houve um aumento de 5,2% no investimento para a assistência estudantil e o Fies obteve um aumento de 56,2%. Já o Reuni sofreu um corte de 13% do seu orçamento entre os anos mencionados. No geral, o saldo de investimento na educação superior foi bastante positivo, ou seja, “entre 2013 e 2014, o gasto elevou-se em R\$ 3,8 bilhões, capitaneado inequivocamente pelo Fies – que cresceu em aproximadamente R\$ 4,4 bilhões” (IPEA, 2016).

Quadro 26 – Execução financeira dos programas e ações do MEC – Brasil (2013 e 2014) (Em R\$ constantes)

Programas e ações	2013	2014	Total (R\$)	Total (%)
Educação superior – graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	21.239.161.490	25.100.968.540	3.861.807.050	18,2
Fies	7.768.988.610	12.132.517.111	4.363.528.501	56,2
Concessão de bolsas de estudos	3.557.079.195	4.035.721.783	478.642.588	13,5
Funcionamento de instituições federais de ensino superior	4.315.763.940	3.672.059.167	-643.704.773	-14,9
Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior (Reuni)	2.760.825.562	2.401.342.867	-359.482.695	-13,0
Assistência ao estudante de ensino superior	678.474.788	713.567.760	35.092.972	5,2
Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	504.447.284	452.352.465	-52.094.819	-10,3
Apoio à residência em saúde	367.976.696	442.196.100	74.219.404	20,2
Reestruturação e modernização de instituições hospitalares federais	279.687.410	295.365.145	15.677.735	5,6
Funcionamento e gestão de instituições hospitalares federais	287.208.454	235.171.987	-52.036.467	-18,1
Outros	718.709.552	720.674.155	1.964.603	0,3

Fonte: Siafi/Sidor. Elaboração: Disoc/lpea.

Lembrando que, de 2013 para 2014, o limite do governo federal para o gasto com a educação era de R\$ 36,649 bilhões, em 2016 esse limite havia caído para R\$ 30,156 bilhões.

Em relação ao PNAES, em 2013 o programa proporcionou mais 1,4 milhão de benefícios a estudantes distribuídos em todas as instituições federais de educação superior desde a sua criação em 2008. E conforme o gráfico 6, o aumento de recursos para o Programa foi superior a 700%.

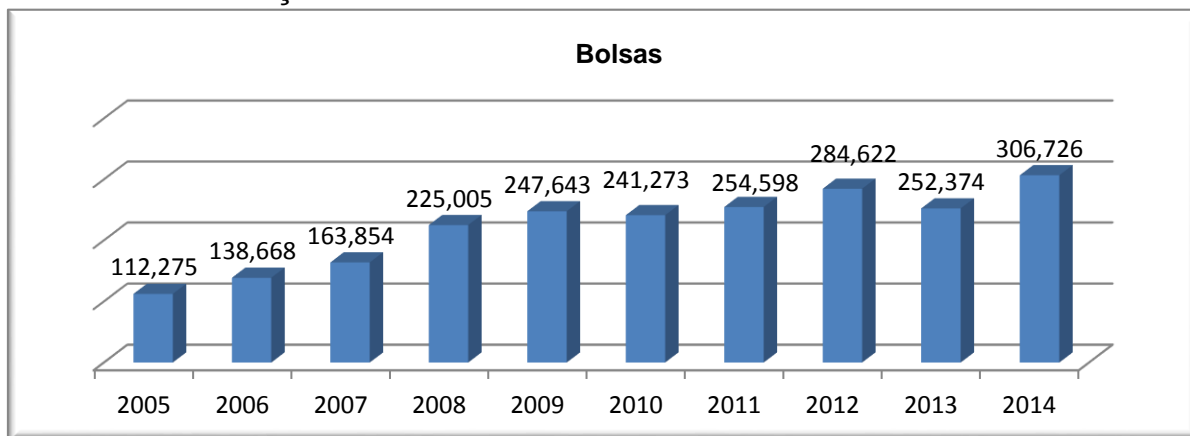
Gráfico 5 – Orçamento das Universidades Federais referente ao Pnaes



Fonte: MEC/SE/SPO.

Já o gráfico 5 mostra a evolução no número de bolsas concedidas pelo ProUni de 2005 á 2014. Os dados mostram que em 2005 a quantidade de bolsas fornecidas pelo programa foi de 112.275 e em 2014 chegou á 306.726, ou seja, o número de bolsas quase que triplicou.

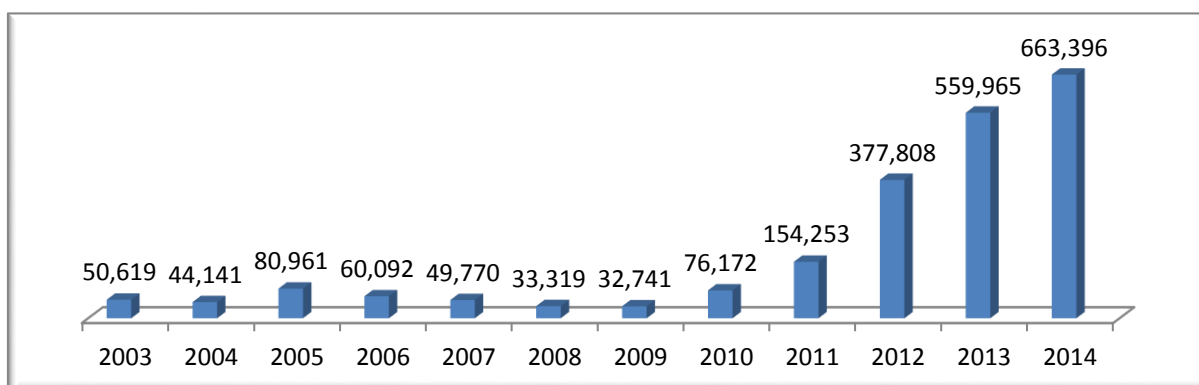
Gráfico 6 – Evolução da oferta de bolsas Prouni



Fonte: MEC/SESu/Dipes. Balanço Social 2003-2014.

Em relação ao Fies, o dados do gráfico 6 mostram que a quantidade de bolsas fornecidas pelo programa também seguiu em linha crescente entre os anos de 2003 á 2014. No último, 663.396 mil estudantes assinaram o contrato.

Gráfico 7 - Número de contratos FIES por ano



Fonte: DIPES/MEC.

Além do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado por Lula, Dilma aproveitou e instituiu o Ciência Sem Fronteiras para a graduação e pós-graduação e o Programa Bolsa Permanência (PBP). O primeiro foi implementado por meio da Lei 7.642, de 13 de dezembro de 2011 e o segundo pela Portaria

Ministerial nº 389, de 09 maio de 2013. No ano de sua criação, o PBP havia beneficiado 4.736 estudantes e em 2016 o programa já atendia 13.931 estudantes. Os objetivos e critérios podem ser verificados abaixo de acordo com o documento oficial do governo. Seja:

➤ **Programa Bolsa Permanência (PBP)**

(criado por meio da Portaria Ministerial nº 389, de 09 maio de 2013)

- **Objetivos:** I – viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II – reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.
- **Beneficiários:** A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica [...] § 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 2013).

O quadro 27 apresenta a quantidade total de recursos direcionados pelo Programa aos beneficiados de 2013 á 2014.

Quadro 27 – Valor total dos recursos do Programa Bolsa Permanência de 2013 á 2014.

Ano	Estudante	Estudante Indígena	Estudante Quilombola	Total Geral
2013	R\$ 6.915.400,00	R\$ 6.058.800,00	R\$ 693.000,00	R\$ 13.667.200,00
2014	R\$ 36.957.800,00	R\$ 22.739.400,00	R\$ 5.156.100,00	R\$ 64.853.300,00
2015	R\$ 57.118.000,00	R\$ 30.596.400,00	R\$ 11.534.400,00	R\$ 99.248.800,00
2016	R\$ 66.755.600,00	R\$ 42.346.800,00	R\$ 18.032.400,00	R\$ 127.134.800,00
Total Geral	R\$ 167.746.800,00	R\$ 101.741.400,00	R\$ 35.415.900,00	R\$ 304.904.100,00

Fonte: MEC/FNDE/SGB 2016.

O Programa vem ampliando sua base de beneficiários mensalmente desde a sua criação em 2013, sendo que até o final de 2014 mais de 10 mil receberam o auxílio conforme mostram os dados do quadro 28.

Quadro 28 – Bolsas ofertadas pelo Programa Bolsa Permanência

Período (mês/ano)	Aluno Geral	Aluno Indígena e Quilombola	Total
Jun/2013	103	134	237
	325	912	1237
Ago/2013	866	1875	2741
	1.258	2708	3966
Out/2013	1.474	3307	4781
	1.668	3816	5484
Dez/2013	1.806	4650	6456
	2.118	4850	6968
Fev/2014	1.798	5343	7141
	2.053	5983	8036
Abr/2014	2.124	6318	8442
	2.427	6827	9254
Jun/2014	2.467	7202	9849
	2.861	7665	10.346

Fonte: MEC/SESu/DIFE.

Já a meta do governo para o CsF era oferecer 101.000 bolsas a estudantes e pesquisadores no país e no exterior até 2015, sendo que 75.000 mil bolsas seriam financiadas pelo Governo Federal (75%) e 26.000 pela iniciativa privada (25%). O benefício seria concedido para as áreas das ciências básicas, engenharias e tecnologias. O orçamento planejado para o programa seria de 3,2 milhões entre 2011-2015.

- **Ciências Sem Fronteiras**

(criado por meio da Lei 7.642, de 13 de dezembro de 2011)

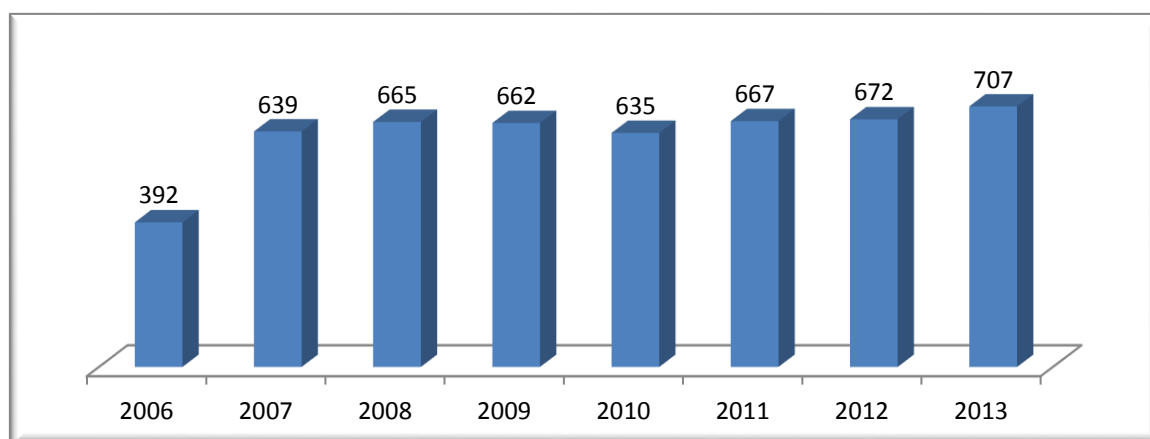
- **Objetivos:** Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades

semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil; busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (BRASIL, 2011).

Para o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest) foram aprovados 22 projetos com os recursos do Programa: 4 em 2011, 7 em 2012 e 11 em 2013.

E de acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), entre 2004 e 2014, ingressaram 6.310 estudantes estrangeiros em universidades brasileiras a partir do PEC-G. Conforme o quadro 8, “entre 2006 e 2013, foram beneficiados 5.772 estudantes estrangeiros com bolsas de estudos operadas por instituições federais de educação superior pelo Promisaes. E, em termos orçamentários, os custos anuais do programa ao MEC estão estabilizados por volta de R\$ 6 milhões”. (Fonte: MEC/SESU/DIFES).

Gráfico 8 – Auxílios concedidos pelo Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)



Fonte: MEC/SESu/DIFES.

Em síntese, a taxa de jovens matriculados no ensino superior no final governo Dilma subiu de 30% para 34%. Com isso, pode-se considerar que esse resultado está relacionado principalmente às políticas de acesso ao nível superior como o ProUni e o Fies. Além disso, em conformidade com a Lei 12.711, de agosto de 2011, 50% das vagas das universidades federais deveriam ser reservadas para auto declarados negros, pardos e indígenas. Porém, antes de a lei ser sancionada, 18 das 58 universidades federais não tinham aderido às políticas de cotas. Desse modo.

Logo, segundo dados do jornal *O Globo*, em doze anos de Governo Democrático Popular, divididos entre o governo Lula e Dilma, o investimento público em educação cresceu de 4,8 para 6,4 do PIB, 1,5 milhões de jovens entraram na universidade pelo ProUni.

Os recursos do governo federal direcionados para a educação saltou de 18 bilhões em 2002 para 115,7 bilhões em 2014. Em 2002 o número de estudantes no ensino superior era de 3,5 milhões e em 2014 era de 7,1 milhões. No total foram criadas 18 novas universidades e 173 campus universitários em todo o Brasil.

2.6 O desmonte da educação no governo Temer: um projeto neoliberal

Em 2016, depois da entrada do novo Presidente da República, empossado ilegitimamente, começaram a haver grandes mudanças em várias áreas. Sendo a educação afetada diretamente. Foi decidido que o orçamento destinado para o Ministério da Educação em 2017 era de 35,74 bilhões, hoje o valor é de 31,43 bilhões. Com o orçamento reduzido, várias instituições federais correm o risco de suspenderem as atividades acadêmicas por insuficiência de recursos para a manutenção e funcionamento⁶⁶. Neste caso, os trabalhadores são os que mais sofrem com os cortes. Pois, neste cenário, a maioria das universidades teve que demitir seus funcionários para enxugar os gastos. Só a Universidade de Brasília

⁶⁶ Outras instituições federais que sofreram com os cortes foram: Universidade Federal do Acre (UFAC) – Corte de R\$ 11 milhões (16% a menos); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – corte de R\$ 12 milhões; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 60% a menos; Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – corte de R\$ 150 milhões, dívida de R\$ 11,5 milhões; Universidade Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS, Unipampa, Furg e UFPel); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); e o Instituto Federal de Roraima (UFRR).

(UnB), por exemplo, está com um déficit de mais R\$ 100 milhões no seu orçamento neste ano (2017) e para reduzir os gastos já demitiu 244 de seus trabalhadores. O orçamento repassado em 2016 para a UnB foi R\$ 219,5 milhões e em 2017 foi de R\$ 136,6 milhões. E o déficit orçamentário em 2017 é R\$ 100 milhões (redução de 40% em comparação ao ano anterior), logo a previsão de gastos da instituição para este ano é de R\$ 230 milhões⁶⁷.

Segundo os autores Cislighi e Silva, tem-se a ideia que “por serem financiadas pelo orçamento do Estado, as universidades públicas seriam também responsáveis pelas crises fiscais e, mesmo assim, continuavam com poucos e mal aplicados recursos” (CISLAGHI; SILVA, 2012, p.447). Conforme Antunes (2003), as reformas neoliberais são feitas por determinação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Já na América Latina esse processo se iniciou a partir dos golpes militares que ocorreu em vários países para a implantação de ditaduras.

Ou seja, para Antunes:

“O projeto neoliberal passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como FMI e BIRD, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo classista, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós moderna” é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, etc. (ANTUNES, 2011, p. 40).

Como já dizia Darcy Ribeiro, “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. Diante disso percebe-se que a retirada dos direitos sociais e o desmantelamento da máquina pública não são causados pela crise econômica, mas sim pelos interesses da classe dominante e pelo capitalismo.

Dessa forma, pode-se dizer que o descaso e o processo de desmonte da educação pública no Brasil não é um projeto atual, assim, ele surgiu a partir da luta

⁶⁷ O déficit orçamentário da UnB é histórico, o seja, a crise orçamentária da instituição existe desde a época de sua criação em 1962.

de classes, mesmo antes das propostas neoliberais⁶⁸. No caso da América Latina, o principal interesse da classe dominante e do capitalismo é o acúmulo do capital por meio da exploração da classe trabalhadora e o desmonte dos direitos sociais.

⁶⁸ “As idéias neoliberais nascem logo após a Segunda Guerra Mundial em países Europeus e no Estados Unidos da América, nos quais já imperava o modo de produção capitalista monopolista. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995 apud ROCHA, 1999, p.1).

Considerações Finais

Esse trabalho procurou apresentar e analisar um histórico sobre a educação superior no Brasil, bem como sobre os programas e políticas de financiamento da assistência estudantil.

Vemos historicamente que, desde o período colonial, a educação realizada no Brasil não tem contemplado as classes sociais menos favorecidas. É possível constatar que a criação de instituições de educação no Brasil, assim como das políticas educacionais e de assistência estudantil, aconteceu de forma bastante contraditória e difícil. Se compararmos com os demais países americanos, o Brasil foi um dos últimos a criar instituições de ensino superior no continente. O ensino superior, de fato, foi aqui instaurado em 1808 e a primeira universidade foi fundada somente em 1910. Assim, o ensino tardio e o descaso do governo com a educação foram alguns dos fatores que contribuíram para que o Brasil fosse um país “subdesenvolvido” em comparação às outras nações do Ocidente.

Pode-se acrescentar que, por longo período da história da educação e das instituições de ensino do país, não foram pensadas e criadas políticas de assistência e apoio ao estudante que delas necessitasse.

O acesso ao ambiente acadêmico esteve permanentemente orientado segundo as concepções da organização social dividida em classes, pelas quais somente determinadas classes sociais poderiam ingressar nas instituições de ensino superior. Dessa maneira, não haveria motivo para se criarem meios e políticas de assistência estudantil.

Por meio deste trabalho constatamos que a educação, desde a chegada dos portugueses até a Primeira República, se desenvolveu muito lentamente em comparação ao resto dos países ocidentais. Isso pode ser explicado por vários motivos: 1) ao governo não interessava investir em criação de escolas de ensino básico nem superior no país; mesmo quando estas foram criadas, as condições eram precárias e o ensino não era voltado para a valorização das culturas indígena e negra e da identidade brasileira; 2) os filhos dos mais pobres eram educados somente para o trabalho nas lavouras, ao contrário dos filhos das famílias mais abastadas, pois esses podiam pagar professores particulares e viviam somente para o estudo; e 3) os senhores proibiam que seus escravos tivessem acesso ao ensino e, mesmo com a abolição do trabalho escravo, em 1888, o Estado não elaborou

nenhuma política de oportunidades para os ex-escravos; logo, alguns continuaram trabalhando para seus senhores e outros ficaram jogados à própria sorte.

Observou-se que, por volta do final do século XIX, o interesse em criar instituições superiores, por parte do governo imperial, só foi colocado em discussão por pressão dos profissionais liberais e intelectuais. No entanto, na época, a elite enviava seus filhos para o exterior e, assim, não via a necessidade da criação do ensino superior para os demais moradores do país. Nesse contexto, a democracia e a igualdade não faziam parte dos projetos para o Brasil.

Só a partir de 1800 é que surgem iniciativas que visavam à criação e ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil, tendo como principal objetivo concentrar a elite e grande parte dos apadrinhados e parentes da família real portuguesa nas questões pertinentes ao poder aqui mesmo no país, que crescia rapidamente, em vários sentidos.

O interesse em criar uma universidade surgiu somente durante o período da Revolução Industrial, ou seja, no final do século XIX. No entanto, esse projeto foi impedido pela elite da época, pois eles não viam vantagens na criação de universidades. Essa ideia só veio a se concretizar no início do século XX. Observou-se que as primeiras universidades surgiram por meio da união dos interesses de movimentos sociais distintos. Existiam, no final do século XIX, apenas 24 instituições de ensino superior. Após as reformas educacionais de Benjamim Constant, as faculdades isoladas foram ampliadas e foram criadas mais 27 escolas superiores.

No entanto, ainda assim, constata-se que o ingresso das classes subalternizadas nessas instituições continuou sendo quase nula. Isso se dá por dois motivos: 1) o ensino básico público era precário, conseqüentemente os mais pobres não tinham a mesma preparação que a dos ricos para concorrer a uma vaga no ensino superior; e 2) como já mencionado anteriormente, a educação dos mais pobres era direcionada somente para o trabalho subalterno. Houve, no entanto, uma evolução na questão do acesso ao ensino superior, mesmo que lenta. Mas esses avanços só foram possíveis através de pressão por parte de movimentos sociais e entidades ligadas à educação.

Assim sendo, verificamos que a política de assistência estudantil nesse cenário só veio ter espaço no Governo Vargas. A criação da Casa do Estudante do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, foi a primeira política de assistência estudantil criada no país. Já em 1931, as políticas de assistência estudantil no Brasil haviam

sido regulamentadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras. Contudo, a obrigatoriedade da política de assistência estudantil, no Brasil, só se tornou possível quando esta foi prevista na Constituição Federal de 1934. Por fim, somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, é que a assistência estudantil passou a ser tratada como um direito a quem dela precisar e não uma ajuda aos necessitados e carentes, como era antes. Porém, apesar dos vários avanços na legislação, não houve avanços práticos na área da assistência estudantil no período da ditadura militar.

Nota-se, então, que a política da assistência e permanência estudantil no Brasil é uma realidade recente. Em especial, a criação da Constituição de 1988 foi um marco no avanço das políticas de assistência estudantil no país.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram criadas várias políticas de incentivo para o crescimento de instituições privadas e públicas, o que possibilitou a oferta de ensino presencial, semi-presencial e a distância. Seu governo foi marcado pela privatização e delegação de parte das responsabilidades do governo para a Sociedade Civil (Terceiro Setor), bem como a precarização e sucateamento das universidades públicas. O apoio às políticas de assistência estudantil teve baixo impacto e as universidades continuaram como espaços aos quais as classes sociais desprestigiadas não podiam ter acesso ou neles se manter, salvo casos isolados.

Já no governo Lula, houve um grande investimento em educação durante a sua gestão. Esta nova configuração é resultante, sobretudo, da institucionalização das várias políticas de inclusão, em especial das diversas modalidades de ações afirmativas e também do programa de expansão das Universidades Federais. Além do aumento das instituições superiores no país, a política de democratização para o acesso ao ensino superior foi um marco importante de seu governo. A inclusão dos mais pobres, negros(as)/quilombolas e indígenas nas universidades, principalmente nos cursos considerados elitistas, fez parte de um projeto de evolução das políticas sociais e dos direitos sociais. Em princípio, essas ações partiram principalmente da participação e reivindicação dos movimentos sociais e entidades de classe ligadas à educação. Lembrando que, em 2003 a União Nacional dos Estudantes (UNE) conseguiu aprovação da emenda da Assistência estudantil, através da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Por fim, seu governo foi criticado por ambos os lados, tanto pelos movimentos

radicais de esquerda quanto pela classe dominante. Segundo alguns setores da esquerda, Lula havia colaborado para o avanço do projeto neoliberal através da parceria público-privada e da valorização do setor privado. Por outro lado, alguns setores da classe dominante não concordavam com as políticas fiscais impostas pelo seu governo.

Ao longo de sua gestão, Dilma vinha dando continuidade às políticas de Lula, principalmente no campo das políticas sociais. Durante seu governo o número de instituições superiores e de matrículas seguiu em ritmo crescente.

Nos 12 anos de governo Lula e Dilma, o avanço do ensino superior foi bastante positivo. Em síntese, os recursos direcionados para a educação saltaram de 18 bilhões, em 2002, para 115,7 bilhões, em 2014. Em 2002, o número de estudantes no ensino superior era de 3,5 milhões e em 2014 era de 7,1 milhões. No total foram criadas 18 novas universidades e 173 campus universitários em todo o Brasil.

Assim, verificou-se que durante os governos de Lula e Dilma houve o aperfeiçoamento das políticas de assistência estudantil já existentes, bem como a criação de novos projetos para o ingresso e manutenção, nos cursos superiores, dessa nova demanda de alunos provenientes de diversos setores sociais. A consolidação do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) pelo Governo Lula é o reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Pode-se aferir que as políticas públicas do governo Lula e Dilma para a democratização do ensino superior iniciaram um novo panorama, configurando o prenúncio de uma transformação que deveria continuar crescendo e vencendo obstáculos profundos, relacionados à injustiça social do Brasil.

Porém, na gestão Temer, as políticas neoliberais voltaram a ser impostas com radicalidade, tendo como resultado a proposição de várias reformas para a retirada dos direitos sociais. Essas configurações do atual governo estão se mostrando mais radicais do que as do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PEDRAE), realizado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na educação, por exemplo, a situação vem se deteriorando, ou seja, o orçamento direcionado ao setor foi reduzido e, como consequência, as instituições federais de ensino superior estão caminhando para uma grave crise financeira. Para diminuir os gastos, muitas instituições já estão cortando o contingente de funcionários e muitas estão em

iminência de suspenderem as aulas por falta de verba para sua manutenção e funcionamento. Também discute-se a possibilidade de cobrança de mensalidade nas universidades por parte do governo. Dessa forma, a situação do ensino superior pode caminhar para a privatização das instituições federais, assim como a diminuição da autonomia das universidades públicas e o aumento das instituições particulares. Além disso, a qualidade do ensino e o acesso dos mais pobres aos cursos superiores estão em risco. Logo, pode-se caminhar para um retrocesso considerável dos direitos sociais e os avanços obtidos nos governos Lula e Dilma, em relação à ascensão dos pobres, negros(as) e indígenas no ensino superior, podem estar ameaçados.

Já foi anunciado pelo governo Temer o corte do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esses órgãos oferecem bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes de ensino superior.

Logo, a política de assistência estudantil, como é uma política social, está com o seu orçamento ameaçado, podendo ser reduzido ou mesmo excluído. Isso condiz com a lógica do projeto neoliberal, que é retirar o caráter público da educação e transformá-la em mercadoria. Neste caso, o número de instituições particulares deve crescer ainda mais a partir das medidas que serão adotadas, continuando a prejudicar a classe trabalhadora e as minorias.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS E LIVROS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILE, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

CAPODEFERRO, BRENO CACOSSI. Juventude e classe na particularidade do capitalismo brasileiro: a busca pelo curso superior ao final de uma década de gradualismo lulista' 03/02/2016 243 f. Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilha.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; DA SILVA, Mateus Thomaz. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: Ampliação de Vagas X Garantia de Permanência. **Revista SER Social**, [S.I.], v. 14, n. 31, p. 473-496, jan. 2013. ISSN 2178-8987.

CORBUCCI, P. R.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J V. Situação Educacional dos Jovens Brasileiros. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Orgs). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

DAHMER PEREIRA, Larissa. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional?. **Revista SER Social**, [S.I.], v. 14, n. 30, p. 28-47, set. 2012. ISSN 2178-8987.

DEL PRIORE, Mary (Org) História das Crianças no Brasil. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?. **Revista SER Social**, [S.I.], v. 14, n. 31, p. 453-472, jan. 2013. ISSN 2178-8987.

NASCIMENTO, C. M. Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil: Contribuições ao Debate Sobre a Assistência Estudantil nas IFES. **Revista SER Social**, [S.I.], v. 14, n. 30, p. 08-27, set. 2012. ISSN 2178-8987.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PEREIRA, L. D. (2009). Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. In: Estado e Educação Superior: Questões e Impactos no Serviço Social; p.35-48. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ano VIII – n.15. Brasília: ABEPSS, 2008. Brasília.

SILVA, A.; SILVA, J.; ROSA, W. Juventude Negra e Educação Superior. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Orgs). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

SOUZA, J. V. de. Educação Superior no Distrito Federal: Consensos, conflitos e transformações nas configurações de um campo. In: CUNHA, C. da; SOUZA, J. V. de; SILVA, M. A. da (Org.) Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2013.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Oscar Dávila León (editor): Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.

INTERNET

“ERA Lula’ foi a melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos, diz FGV. Agência Brasil, Notícias - UOL Economia, p. 1-2 –, fevereiro 2010. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm>> Acesso em: 06 jul. 2017.

“Investimento social dá salto no governo Lula, mostra Ipea”. Rede Brasil Atual, setembro 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2012/09/ipea-gastos-com-assistencia-social-teve-forte-crescimento-de-1995-a-2010>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Brasileiras. Biblioteca digital da câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf> Acesso em: 16 jul. 2017.

BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F..Revisitando os movimentos estudantis no Brasil: considerações acerca do caráter educativo das mobilizações juvenis. In: ANPED SUL, 2016, Curitiba. Educação movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba: ANPED SUL, 2016. p. 01-16. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-3_ALDIMARACATARINA-BRITO-DELABONA-BOUTIN-SIMONE-DE-F%C3%81TIMA-FLACH.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. A Constituição Federal: A atual Constituição Federal é a sétima na história do Brasil, e foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: [s.n.], 2017. Online. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 09 nov. 2010.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9998.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em: 04 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Lei n 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências – FIES Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências – PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 30 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 09 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Educação superior: Definidos os critérios para a concessão da bolsa permanência. Brasília. Setembro 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18658-definidos-os-criterios-para-a-concessao-da-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. Educação superior: Definidos os critérios para a concessão da bolsa permanência. Brasília. Setembro 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18658-definidos-os-criterios-para-a-concessao-da-bolsa-permanencia>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais - PNAEST. Brasília. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2886.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Brasília, nov. 1995. 68p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm>. Acesso em: 21 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Portal Brasil. “*Balanço do Governo 2003 – 2010 Educação superior*”. Brasília. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusao-social/2-educacao/b-educacao-superior>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Portal Brasil. Cidadania e Justiça. “*Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas: Consciência Negra*”. Brasília. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/cidadania-e-inclusao-social/2-educacao/b-educacao-superior>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CORBUCCI, P. R. Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil. Brasília: Ipea, 2014. (Texto para Discussão, n. 1950). Disponível em: <<http://goo.gl/6T2CEI>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

COSTA, B. S.. (2009). O ensino superior na ditadura militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC” (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS). Porto Alegre. 127 p. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3982/1/000411476-Texto%2BCompleto-0.pdf>> Acesso em: 15 maio 2017.

COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores Internacionais. *BBC Brasil em São Paulo*. São Paulo. Maio/2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em: 05 ago. 2017.

ESCOLA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Engenharia_da_Universidade_Presbiteriana_Mackenzie>. Acesso em: 11 maio 2017.

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Polit%C3%A9cnica_da_Universidade_de_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: 10 maio 2017.

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Exame_Nacional_de_Desempenho_de_Estudantes>. Acesso em: 03 ago. 2017.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_da_Universidade_Federal_de_Minas_Gerais>. Acesso em: 10 maio 2017.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_da_Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 10 maio 2017.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Faculdade_de_Direito_da_Universidade_Federal_do_Rio_de_Janeiro>. Acesso em: 10 maio 2017.

HUMEREZ, D. C; JANKEVICIUS, J. V. Conselho Federal de Enfermagem. Evolução histórica no ensino superior no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html>. Acesso em: 14 mar. 2017.

LANEUVILLA, V. A Formação Continuada de Professores na Rede Municipal de Educação de Niterói. 2009. 249 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) — Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/vania_laneuville.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LUIZ. “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto: Assim falou Darcy Ribeiro”. 2014. Blog. Disponível em: <<https://brechodocarioca.wordpress.com/2014/01/28/a-crise-da-educacao-no-brasil-nao-e-uma-crise-e-um-projeto/>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MARTINS, Antonio C. P. Ensino Superior No Brasil: da descoberta aos dias atuais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

Mec suspende novas bolsas de auxílio financeiro a universitários. *Educação. O Globo*, maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-suspende-novas-bolsas-de-auxilio-financeiro-a-universitarios.ghtml>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MOREIRA, M. Temer assume que golpe contra Dilma foi articulado porque ela não aceitou projeto neoliberal. *Revista Fórum*, setembro 2016. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2016/09/22/temer-assume-que-golpe-contradilma-foi-articulado-porque-ela-nao-aceitou-projeto-neoliberal/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

O CONTEXTO POLÍTICO E A EDUCAÇÃO NACIONAL. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 329-334, junho de 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200329&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em 27 jul. 2017.

O que é Lei Orçamentária Anual (LOA)?. Disponível no site <http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em 19 jul. 2017.

OTRANTO, C. R. A reforma da educação superior do governo Lula: Da inspiração à implantação. In: SILVA JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Org.). *Reforma universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2017.

Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília - 2011. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf> Acesso em: 16 jul. 2017.

PINTO, C. C.; DAVID, Marcus Vinicius; MACHADO, C. S.. A Política de Assistência Estudantil no Brasil: O Caso da Universidade Federal De Juiz de Fora. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU, 2015, Mar del Plata - Argentina. *Anais do XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU*. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136109>>. Acesso em 12 jul. 2017.

Reforma educacional da ditadura eliminou exigência de gasto mínimo com educação. Carlos Orsi entrevista Dermeval Saviani, professor emérito da Unicamp e coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Faculdade de Educação. Ensino Superior Unicamp. 50 anos do Golpe. *Jornal da Unicamp*. Março/2014. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/entrevistas/reformaeducacionaldaditaduraeliminouexigenciadegastominimocomeducacao>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ROCHA, Andréa Pires. Educação no Neoliberalismo: por uma América Latina submissa aos domínios do Capital. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/andreapiresrocha.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2017.

Rosa, C. de M. Políticas Públicas para a Educação Superior no Governo Lula. In: *Póiesis Pedagógica, Catalão-GO, v.11, n.1, p. 168-188, jan/jun. 2013*. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/27005/15422>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. Documento de trabalho 8/95, São Paulo, NUPES/USP, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SENADO FEDERAL. Jornal da Constituinte Exposição no Senado Federal destaca a participação popular. Brasília, outubro/novembro 2013. Grupo de Trabalho “25 anos de promulgação da Constituição Cidadã”, instituído por meio da Portaria da Diretoria-Geral no 898, de 2013. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/noticias/especiais/constituicao25anos/exposicao-senado-galeria/Jornal-Constituinte.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

SILVA, V. A. da; TEIXEIRA, A. M. F. Jovens universitários de origem popular: alterando percursos. ANPED: GT 14, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT14-3473--Int.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. *Notícias STF*. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Abril 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>> Acesso em: 15 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Como Nasceu a Universidade de Brasília. Por Vera Brant: Escritora. Autora do Livro "Darcy", da Editora Paz e Terra (Texto Originalmente Publicado em no site "UnB 50 Anos" <http://www.direito.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=543&catid=82&Itemid=326&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Dez anos de cotas na UnB. Comunidade acadêmica avalia o sistema, instituído em 2003, e discute os rumos para o futuro. Ádria Tavares - Da Secretaria de Comunicação da UnB. <<http://unb2.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7806#>>. Acesso em 10 mar. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB 50 anos: Cotas. Disponível em: <<http://www.alunoestrangeiro.unb.br/br/formasdeingresso/20portugues/formastradiconaisdeingresso/83cotas>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB 50 anos: história contada: a história da Universidade de Brasília contada por seus personagens: reportagens, depoimentos, entrevistas / [Thais de Mendonça Jorge, organizadora]. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 252 p. Disponível em: <<http://unb2.unb.br/noticias/downloads/Livro%20UnB%2050%20anos%20-%2018032013.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Turma de Licenciatura em Letras da UFPB. Política Educacional na Era Lula - 2003 - 2010. Blog do jornal *o Estadão*, 2003. Disponível em: <<http://politicadaeducacao.blogspot.com.br/p/politica-educacional-na-era-lula-2003.html>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. História. Abril/2016. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6405historia>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikipédia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Presbiteriana_Mackenzie>. Acesso em: 10 maio 2017.

WALDOW, Carmem. As Políticas Educacionais do Governo Dilma, a Formação para o Trabalho e a Questão do Pronatec: Reflexões Iniciais. In: X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? - Índice de Gini. Desafios do Desenvolvimento. Revista de Informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Brasília, n. 4, p. 1/1 -, novembro 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02 jul. 2017.

